

## **1 INTRODUÇÃO**

Este trabalho se constitui em uma investigação de natureza empírico-teórica, relativa às cooperativas agropecuárias do Estado da Bahia, realizada com base em alguns pressupostos, para se conhecer índices médios que indicam a condição financeira dessas instituições, do ponto de vista da liquidez, solvência, garantia de capitais, endividamento e fator de insolvência.

Para execução da pesquisa e delineamento dos objetivos almejados, o trabalho foi dividido em cinco capítulos: 1) Introdução; 2) Marco Teórico; 3) Metodologia; 4) Análise e Discussão; 5) Considerações Finais. No primeiro capítulo, encontram-se informações preliminares sobre o trabalho, bem como as bases para a pesquisa. O segundo capítulo contém o histórico e a doutrina cooperativista, bem como aspectos conceituais relativos a análise de balanços, que servirão como suporte técnico para o desenvolvimento do trabalho. O terceiro capítulo evidencia a forma, o método e as fontes de dados utilizadas para realização do trabalho. O quarto capítulo apresenta os resultados da investigação empírico-teórica, ora proposto, bem como os resultados alcançados. Por fim o capítulo quinto reflete de forma conclusiva os resultados, face a proposta inicial.

O Capítulo I está constituído de sete seções: 1) Contexto; 2) Objeto de Estudo; 3) Problema; 4) Justificativa; 5) Objetivos e 6) Pressupostos. A seguir constam comentários sobre cada seção.

## 1.1 CONTEXTO

As cooperativas, de uma forma em geral, têm finalidade econômica e, como tal, sujeitam-se às leis de mercado e econômicas, tais como relação custo/benefício, produtividade, maximização de resultados. Do ponto de vista econômico, a cooperativa é definida como uma extensão da propriedade do associado sendo, aqui no Brasil, isenta de alguns tributos, como por exemplo, Imposto de Renda e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza em relação às operações realizadas entre esta e seus associados. A isenção é porque estes atos importam, tão somente, na outorga de plenos poderes concedidos pelos associados para que a cooperativa o represente, dispondo livremente de seus produtos, como citado no art. 83 da Lei 5.764/71.

Além dos aspectos mencionados, a cooperativa tem como característica a ausência da finalidade lucrativa em suas operações,<sup>1</sup> sendo o resultado operacional um reflexo da participação direta dos associados, o qual, positivo ou negativo, deve ser rateado entre eles, proporcionalmente à sua participação econômica nos negócios da sociedade. Em caso positivo, esse resultado recebe o nome de sobras, sendo considerado pela Legislação do Imposto de Renda como rendimento não sujeito à tributação, diferentemente do lucro, que nas empresas mercantis é

---

<sup>1</sup> Essa característica é um dos fatores que diferencia a cooperativa das empresas mercantis.

distribuído em função do montante do capital de cada sócio, sendo considerado como rendimento tributável.

Na visão da OCB (1990, p. 01-17), a cooperativa é uma das formas de organização sócio-econômica, que permite uma evolução social em todos os aspectos. É condição essencial que todos aqueles que participam desse tipo de sociedade, conheçam perfeitamente os seus direitos e responsabilidades, para que possam usufruir plenamente dos benefícios por ela proporcionados.

Para tanto é necessária uma melhor organização do quadro social, com maior integração em todos os planos; dos cooperados entre si, destes com as cooperativas e entre as cooperativas, buscando-se a troca de experiências positivas em todas as áreas de atuação, inclusive internacional.

Teixeira (1980, p. 09), define a cooperativa como sendo uma organização, com características sociológicas e econômicas, pois, no desenvolvimento de suas atividades ela tem como propósito atender às necessidades dos seus associados, sem objetivo de lucro, embora busque resultados positivos. Nesse caso, porém, a expressão “resultados” deve ser entendida não só no aspecto econômico, mas, também, do ponto de vista social, pois nele está inserido o serviço prestado em favor do associado nas mais diversas formas. Assim sendo essas suas atividades podem ser consideradas como econômicas societárias.

Analisando a cooperativa sob o ponto de vista comunitário, Teixeira salienta sua importância como agente de mudança, destacando que sua ação ultrapassa o universo dos associados e atinge a comunidade em geral, numa ação conjugada, mediante redistribuição de rendas, pagamento de tributos. Ela proporciona empregos e atua como agente transformador no meio social, pois, permite ao homem, um melhor nível de educação, não só na tecnologia aplicada na atividade

econômica, mas numa vivência social superior. Conclui o autor sua análise desse aspecto sócio comunitário dizendo:

Ali vemos a cooperativa propiciando: assistência técnica, recreação, defesa jurídica, representação classista, serviços assistenciais (médico-odontológicos, sanitários, educacionais, etc), educação, política etc. (TEIXEIRA, 1980, p. 18).

As cooperativas, por serem sociedades de pessoas, em que os associados são, ao mesmo tempo, proprietários e utilitários dos serviços por elas prestados, os seus resultados perpassam por relações sociais que afetam o estudo econômico financeiro da organização, mormente, em termos da análise da insolvência, uma vez que de acordo com a própria legislação vigente no Brasil<sup>2</sup>, este tipo de instituição, não está sujeita a falência, mas à liquidação judicial ou extra judicial, haja vista que o instituto da falência é inerente às sociedades mercantis.

Além do mais, o estudo de uma cooperativa, do ponto de vista econômico, em comparação com uma empresa mercantil, deve levar em consideração o seu objetivo, pois, enquanto a organização cooperativista é criada com a finalidade de prestar serviços a seus associados, a empresa mercantil objetiva o lucro. Aliás, sendo a cooperativa uma instituição em que os associados participam de suas operações como usuário-proprietário, não teria qualquer significado obterem lucro de si mesmos, diferentemente das sociedades não cooperativas, onde os sócios participam dos negócios da mesma, visando o lucro para o seu investimento.

Bulgarelli (2000, p. 107), fazendo uma análise das cooperativas do ponto de vista do direito, afirma que elas são instituições criadas com objetivo de promover a melhoria econômica e social de seus associados, tendo como base a solidariedade e a ajuda mútua. Elas compõem, no conjunto, aquilo que se conhece como

---

<sup>2</sup> Lei 5764/71, art. 63 e seguintes, a cooperativa na condição de sociedade civil está subordinada às normas do Código Civil

cooperativismo, um sistema econômico-social que surgiu inicialmente para combater as distorções do capitalismo e, mais tarde do socialismo.

Por outro lado, embora reconhecidas em alguns países, inclusive no Brasil, pelas suas peculiaridades e pelo papel sócio econômico que exercem na sociedade, as cooperativas não têm um Ramo de Direito próprio, capaz de atender as suas necessidades legais, o que poderia ser denominado de Direito Cooperativo<sup>3</sup>.

As cooperativas devido às suas peculiaridades carecem de um ramo próprio de direito, posto que em relação ao Brasil elas não se enquadram, especificamente, na parte comercial ou na civil, por lhes faltarem alguns requisitos básicos, como o lucro ou a produção para o mercado, além de outras características societárias que tornam as cooperativas diferentes das sociedades mercantis. Bulgarelli, analisando a questão, afirma que, devido às características das cooperativas é premente o seu enquadramento nesse ramo especial do direito, de forma integrada e conclui dizendo que:

Contudo, apresentam hoje, um regime jurídico especial pela insuficiência do direito societário comum em abranger suas características, podendo-se dizer que as normas foram ditadas de início corrigendivel supplendi gratia, aplicando-se a expressão de Ascarelli, para o Direito Comercial.(BULGARELLI, 2000, p.111).

Na visão de Bialoskorski Neto (2000), o cooperativismo, nos últimos 60 anos, cresceu mais de 175%, sendo que de acordo com levantamento da ACI em 1997, existiam, nas diversas categorias, mais de 650 mil cooperativas em todo o mundo, congregando quase 800 milhões de associados (Tabela 1). No segmento agropecuário, existia até 1994 cerca de 206 mil cooperativas com aproximadamente 50 milhões de associados. Isso mostra a importância do cooperativismo como força

---

<sup>3</sup> Rosendo Rojas Coria, *apud* ". Bulgarelli (2000: 108), conceitua o Direito Cooperativo como sendo "o conjunto de normas jurídicas que regulamentam os atos cooperativos encaminhado a conseguir o bem estar geral".

econômico-social em todo o mundo, funcionando em inúmeros casos como termômetro de mercado, haja vista que a presença de uma cooperativa em determinada estrutura de comércio, possibilita maior controle dos preços, resultando de certa forma em benefícios para o associado. Bialoskorski conclui dizendo:

[...] cooperativismo é uma importante arquitetura organizacional e de impacto social relevante em vários países. Como empreendimento econômico, responde diretamente pelo fato de ser *uma forma alternativa e eficaz de organização da população* frente à adversidade do ambiente econômico em decorrência de políticas macroeconômicas. (BIALOSKORSKI, 2000, p. 24).

Tabela 1 - Evolução do Cooperativismo no Mundo

Ano	Cooperativas	%	Cooperados	%
1936	238.517		70.436.462	
1960	526.208	121,0	164.466.287	133,0
1966	575.000	9,2	215.500.000	31,0
1971	630.717	9,6	305.186.321	41,6
1980	741.767	17,6	355.257.026	16,4
1993	850.000	14,5	705.922.453	98,7
1997	657.970	-22,5	778.512.815	10,2

Fonte : ACI - Elaboração OCESP

## 1.2 OBJETO DE ESTUDO

Elegeu-se como objeto de estudo para este trabalho as Cooperativas Agropecuárias<sup>4</sup> do Estado da Bahia, por ser um tipo economicamente forte e com abrangência em todo o território estadual, movimentando um volume expressivo de recursos financeiros. O estudo enfocará a análise contábil, com vistas à identificação

<sup>4</sup> A cooperativa agropecuária, geralmente, é constituída por mini e pequenos produtores de gêneros agrícolas e pecuários, que entregam seu produtos à cooperativa para serem comercializados em comum, com o fim de obterem melhores preços no mercado e, conseqüentemente, melhores resultados. Vale salientar, que os associados, também, adquirem insumos e outros materiais agropecuários, que as cooperativas compram e lhes repassam a preços, geralmente, menores, daqueles praticados ou cobrados no mercado.

de índices financeiros, visando gerar informações aos associados, bem como para outras pessoas interessadas no assunto.

### 1.3 PROBLEMA

A análise contábil, também conhecida como análise de balanços, compreende o estudo do equilíbrio econômico – financeiro da empresa sob todos os ângulos possíveis de investigação. A técnica usualmente utilizada é a da identificação de alguns indicadores, também denominados de índices ou de coeficientes, cujos resultados de seus cálculos demonstram como se comporta o patrimônio, e propiciam melhor visibilidade e análise do desempenho do negócio. (Florentino, 1974: v).

A análise contábil é importante para qualquer ramo de atividade, seja ele de fim lucrativo ou não, haja vista a crescente necessidade de obter-se uma série de informações, sobre a real situação dos negócios da empresa, bem como suas tendências futuras de curto, médio e longo prazos. Essas informações devem ser obtidas através de processos baseados no raciocínio científico, adequados ao tipo de atividade que se está trabalhando, e revestidas de total credibilidade, pois, delas, na maioria das vezes, depende a administração para tomar decisões, inclusive de alto risco para a empresa.

Por outro lado, a necessidade de informações nesse campo contábil, se estende a todos os setores no Brasil, especialmente no cooperativo. As cooperativas, por exigência da legislação, bem como dos órgãos de acompanhamento, realizam regularmente suas contabilidades, e elaboram seus

demonstrativos, de acordo com as normas próprias definidas para cada segmento, obtendo informações necessárias ao controle operacional das entidades.

Entretanto, no que diz respeito à análise e interpretação das demonstrações contábeis, a situação revela algumas dificuldades, dentre as quais podem ser destacadas as seguintes: As cooperativas agropecuárias do Estado da Bahia, apesar de se constituírem em um ramo de atividade de relevante expressão econômica, tem suas administrações exercidas por integrantes do seu corpo societário, os quais, na maioria das vezes, são pessoas com níveis de conhecimentos limitados no campo da análise contábil, impossibilitando a interpretação dos resultados dos balanços, bem como dificultando a identificação do desempenho econômico-financeiro do negócio.

Além do mais, constata-se uma carência de informações nos indicadores financeiros, que retratem a performance das cooperativas, limitando a realização de estudos, projeções, inclusive análises comparativas, prejudicando sua planificação. Os dados existentes na área de análise de balanços evidenciam o desempenho das empresas mercantis, conforme Franco (1992) e outros.

Dessa forma, um dos problemas que afligem aos dirigentes e técnicos em cooperativismo, no Estado da Bahia, é a ausência de indicadores apropriados para a análise da situação econômico-financeira das cooperativas, em seus diversos ramos de atividades, haja vista as suas peculiaridades, tanto do ponto de vista social, quanto jurídico e econômico, que as tornam diferentes das empresas mercantis. Daí a questão central dessa investigação: quais são os índices médios que retratam o desempenho econômico – financeiro das cooperativas agropecuárias do Estado da Bahia, que possam servir como parâmetros de análise para cada cooperativa do setor?



## 1.4 JUSTIFICATIVA

Atualmente, o cooperativismo agropecuário já abrange todo território nacional, sendo um dos mais conhecidos pela sociedade brasileira. Participa significativamente nas exportações, e, ao mesmo tempo, abastece o mercado interno de produtos alimentícios. Ele presta inúmeros serviços a seus cooperados, que vai desde assistência técnica, armazenamento, industrialização e comercialização dos produtos, até a assistência social e educacional. As cooperativas agropecuárias formam um dos segmentos, economicamente, mais fortes do cooperativismo brasileiro, congregando até 2002 mais de 865 mil cooperados em todo o Território Nacional e empregando 105 mil trabalhadores, aproximadamente.

A Tabela 2 revela a força do cooperativismo brasileiro em todos os ramos de atividade, sobressaindo-se o segmento agropecuário pelo nº de empregados. Daí um dos motivos da sua importância social e econômica para o país.

Por outro lado, as cooperativas agropecuárias, como os demais segmentos cooperativistas, sofreram transformações ao longo de sua história, exigindo uma infra-estrutura adequada para atender às necessidades de seus integrantes. Estes, com o avanço do progresso tecnológico demandam cada vez mais novos serviços das cooperativas, bem como uma gama maior de informações sobre os seus negócios. Assim, há necessidade da organização tornar-se mais operativa, para atender aos anseios de seus cooperados. O atendimento das demandas passa, também, pela necessidade de prestar informações técnicas sobre a situação econômico-financeira da entidade.

Além do mais, tratando-se de Cooperativa, a análise das demonstrações contábeis deve ser feita, de modo que reflita a real situação da instituição, levando-se em consideração as suas características como ente Jurídico com direitos e deveres e relações hierárquicas, representando a união de esforços de um grupo de pessoas, em busca de um objetivo comum, de forma coletiva.

Por outro lado, os diversos trabalhos existentes no campo de Análise das Demonstrações Contábeis, na sua maioria, são dirigidos às empresas com finalidades lucrativas, portanto, mercantilistas, cujos procedimentos fisco-contábeis são disciplinados pela Lei 6.404/76, Regulamento do Imposto de Renda e outras normas, as quais não são totalmente aplicadas às sociedades cooperativas.

As cooperativas, por sua vez, são instituições de natureza civil, com objetivos diferentes das sociedades mercantis, como já foi dito anteriormente, necessitando de um instrumento de análise, que lhe permita aferir sua real situação econômica e financeira, não perdendo de vista, seus aspectos sociais. Assim, embora os resultados alcançados quando do cálculo dos indicadores financeiros (Liquidez, Solvência, etc.), sejam semelhantes, tanto em um tipo de sociedade quanto em outro, a interpretação deve ser diferente e adequadas às peculiaridades de cada empreendimento.

Alguns autores, ao comentarem sobre os indicadores de desempenho de capital para as cooperativas, chamam atenção para a necessidade de se conhecer índices adequados para este tipo de atividade. Irion, refletindo sobre a questão diz:

O índice de solvência não é o mesmo para os diferentes tipos de cooperativas, porque depende do ramo de negócio de cada um. Por falta de estudos não se conhece o índice ideal para cada setor do cooperativismo. Este é um tema para os pesquisadores resolverem. (IRION, 1997, p.80).

Deve-se chamar a atenção para o fato de que a reflexão feita por Iron, não se aplica somente ao índice de solvência, mas para todos os demais voltados para a avaliação de desempenho do capital nesse tipo de organização, como por exemplo: liquidez, endividamento, garantia de capitais, produtividade, rentabilidade entre outros.

Por outro lado, um trabalho de pesquisa no campo da análise financeira de um conjunto de cooperativas, onde se busca a determinação de quocientes médios de análise, deve ser feito observando-se as peculiaridades desse segmento econômico, o que irá facilitar o trabalho dos profissionais envolvidos nesse campo da contabilidade, pois lhes fornecerá um parâmetro para o estudo de determinada cooperativa, pertencente ao grupo analisado.

Tabela 2 - Evolução do Cooperativismo no Brasil- Posição em dezembro/2002.

Ramo	Cooperativas	Cooperados	Empregados
Agropecuário	1.624	865.494	105.597
Consumo	170	1.702.387	7.873
Crédito	1.066	1.127.955	21.157
Educacional	301	73.223	2.933
Especial	7	2.035	6
Habitacional	313	73.254	1.445
Infraestrutura	184	567.394	5.410
Mineral	40	51.231	41
Produção	147	11.094	326
Saúde	880	384.215	19.152
Trabalho	2.109	356.089	5.514
Turismo e Lazer	10	263	0
Transporte	668	44.010	1.941
<b>Total</b>	<b>7.549</b>	<b>5.258.644</b>	<b>171.395</b>

Fonte: OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

## 1.5 OBJETIVOS

### 1.5.1 Geral

Contribuir para a formação do acervo de conhecimentos, no campo da análise contábil do cooperativismo agropecuário, gerando informações que favoreçam a avaliação do desempenho econômico e financeiro do negócio, bem como a expansão e a consolidação das atividades cooperativas.

### 1.5.2 Específicos

De forma específica, pretende-se:

- a) Oportunizar aos dirigentes, técnicos e interessados na avaliação de desempenho, elementos e/ou indicadores, que orientem e balizem na interpretação e compreensão dos resultados dos balanços das cooperativas.
  
- b) Identificar os índices financeiros médios para as cooperativas agropecuárias e o seu nível de performance econômico-financeira.

## 1.6 PRESSUPOSTOS

Os pressupostos deste estudo são: os índices financeiros das cooperativas, tendem a situar-se nas mesmas faixas das empresas mercantis: Liquidez Geral - 110 a 130%; Liquidez Corrente - 130 a 150%; Liquidez Seca - 100 a 140%;

Liquidez Imediata - 5 a 25%; - Solvência -  $\geq$  100%; Garantia de Capitais de Terceiros pelos Recursos Próprios -  $\leq$  100%; Endividamento Geral - 40 a 60%; Fator de Insolvência -  $>0,00$ .

## **2 MARCO TEÓRICO**

O presente capítulo visa apresentar idéias e estudos da doutrina cooperativista, bem como algumas abordagens contábeis, com o fim de respaldar, teoricamente, a presente investigação. Ele está constituído das seguintes seções: Revisão de Literatura e Quadro Teórico de Referência.

### **2.1 REVISÃO DE LITERATURA**

Nesta seção será apresentada a revisão de literatura. Inicialmente serão demonstradas as idéias relativas ao cooperativismo, em seguida os trabalhos no campo da análise de balanços.

#### **2.1.1 Aspectos do cooperativismo**

##### **2.1.1.1 Histórico e Desenvolvimento do Cooperativismo Mundial**

O cooperativismo baseia-se na união de esforços em comum, de várias pessoas, em busca de melhores condições econômicas e sociais. Ele desenvolve-se através da associação de pessoas em organizações, cujas administrações deverão

ser exercidas por eles próprios de forma direta, ou, através de técnicos sob sua supervisão.

De acordo com Schneider (2001, p. 103), a cooperação sempre existiu ao longo da história humana nas mais diversas formas. Ela é encontrada já em períodos pré-históricos em sua forma mais primitiva por puro instinto de sobrevivência dos seres humanos e, também, do ponto de vista da ajuda mútua no Egito e na Mesopotâmia e até mesmo na América Pré-Colombiana, no Império Babilônico, na Grécia através dos “Orglonas” e das “Tiasas” entidades de pessoas de classes média e baixa; os “Collegias”, em Roma antiga; na Palestina entre o povo hebreu, onde destacava-se uma comunidade dos povos Essênios, porém de forma aleatório e no modelo da ajuda mútua.

Na Idade Média, já nos primeiros séculos da era cristã, verificaram-se várias experiências associativas, inclusive de produção em comum, como acontecia com as mulheres da Armênia, que se reuniam nas suas casas para produzirem derivados de leite, com o objetivo de economizar combustível. Fato idêntico ocorria entre os povos islâmicos, que guardavam parte de sua produção em “silos de reservas” os quais tinham além dessa função provisional a de crédito em espécie. Outra experiência que cabe destacar foi a vivida pelos artesãos reunidos em corporações, criadas com o objetivo de defesa e promoção de sua profissão, constituindo-se num movimento corporativista da época.

Por fim, tem-se as “guildas”, tipos de associações formadas por comerciantes, que queriam expandir seu comércio para outras partes do mundo, tendo que recorrer a caravanas ou embarcações para o transporte. Schneider finaliza dizendo:

[...] porém a cooperação mais sistemática nasce com as cooperativas modernas, Estas surgem num momento em que o espírito de solidariedade

havia desaparecido quase por completo na fase mais voraz e selvagem dos inícios do capitalismo industrial. ( SCHNEIDER, 2001, p. 110).

Portanto, o movimento cooperativista não aparece por acaso, mas é também resultado de experiências históricas acumuladas que eclodiram em plena Revolução Industrial no surgimento do capitalismo industrial, não só em função do movimento operário, mas, também, de um movimento de idéias. O movimento operário foi decorrente dos problemas sociais que passaram a afligir as classes operárias, mergulhadas em situação de miséria, exploradas, dominadas, onde os trabalhadores de todas as idades eram submetidos a turnos de 14 a 16 horas diárias, sem quaisquer direitos e em péssimas condições de trabalho. Quanto ao movimento de idéias este foi decorrente da iniciativa de vários socialistas utópicos em diversos países da Europa, resultando em inúmeras experiências que iriam resultar na criação das primeiras cooperativas (SCHNEIDER,2001, p. 112).

Segundo Pinho (2001, p. 77), o Século XIX foi marcado por várias reformas econômicas no seio da sociedade, idealizadas por opositores das Doutrinas Liberal e Individualista, devido às desastrosas conseqüências de competições econômicas, principalmente sobre a classe operária. Nesse emaranhado complexo de ideologias, em meados do Século XIX, começam a ser concebidas e elaboradas as idéias cooperativistas, influenciadas pelo pensamento econômico e social, dos chamados socialistas utópicos franceses e ingleses, como OWEN, FOURIER, BUCHEZ, BLANC e outros.

Owen <sup>5</sup> pregava que o homem é um produto do meio e que sua mudança dependia, alterar-se o meio em que vive, porém, de forma pacífica e gradual. Lutou contra o lucro abusivo e a concorrência, por entender serem eles são nocivos aos

---

<sup>5</sup> Robert Owen, conforme Pinho, era nascido em Newton, país de Gales, filho de família de artesãos.



trabalhadores, pois além de deturparem o meio social e se constituíam em objetos de injustiça social. Defendia, também, a participação do trabalhador na produção, o que poderia ser conseguido através de associações, que além de suprimirem o lucro, também afastaria os desequilíbrios entre a produção e o consumo, eliminando ao mesmo tempo as crises econômicas, tão regulares no século XIX (PINHO, 2001, p. 78).

Fourier <sup>6</sup> defendia a manutenção da propriedade, embora sob a forma de copropriedade. Pregava a participação dos operários nos negócios em função do seu trabalho, do seu capital e do seu talento, tendo como resultado uma harmonia entre as partes que superaria as discrepâncias existentes. Fourier combateu Owen acusando-o de ridicularizar a idéia de associação e que suas máximas não eram atrativas. Também combateu outros socialistas utópicos. Por sua vez foi bastante criticado por suas idéias sobre o Falanstério, <sup>7</sup> o qual, segundo seus críticos, apenas transformava a propriedade privada em acionária. (PINHO, 2001, p. 79).

Buchez <sup>8</sup> defendia a existência de associações cooperativas dos produtores livres, porém sem espoliações. Preconizou uma associação indissolúvel com determinado número de associados de mesma profissão, regida por um contrato contendo cláusulas semelhantes às das cooperativas atuais, como por exemplo: onde estes teriam condição de proprietário, podendo escolher seus representantes, repartição dos resultados pró-rata, capital inalienável etc. Em função de suas idéias começaram a surgir na França a partir de 1831, algumas associações como a “Société des Bijoutiers em Doré”. (PINHO, 2001, p. 80).

---

<sup>6</sup> François Marie Charles Fourier, segundo Pinho, nasceu em Besançon, na França, filho de um negociante de tecidos.

<sup>7</sup> Segundo Fourier, apud Pinho os Falanstérios eram grandes hotéis cooperativos onde viviam 1.500 pessoas em regime comunitário, substituindo a competição pela cooperação.

<sup>8</sup> Philippe Joseph Benjamim Buchez, era francês, jornalista.

Blanc <sup>9</sup> condenou a livre-concorrência, por entendê-la como nociva tanto para a classe operária, como para a burguesia. Defendia a criação de associações, onde cada integrante, seria ao mesmo tempo participante e usuário. Seria um tipo oficina social, com uma produção especializada para os associados e para a comercialização, organizada com empréstimo estatal, com diretoria inicialmente nomeados pelo governo, sendo as sobras líquidas repartidas em três partes: operários, constituição de reservas e assistência aos operários doentes e afetados por crises econômicas e aquisição de novos meios de produção. O consumo poderia ser feito por decisão dos próprios associados. (PINHO, 2001, p. 81).

Nesse quadro, surgem as cooperativas, fruto de propostas utópicas e da classe trabalhadora, que buscava uma forma de solucionar seus problemas comuns através da união de esforços. Muito embora tenham existido algumas tentativas de se criarem cooperativas de consumo, como por exemplo, em 1827, em Brington, com William King e em Lyon em 1935, com a sociedade “Le Commerce Véridique”.

Alguns anos mais tarde, surge a primeira cooperativa de consumo. Ela foi criada pelos Pioneiros de Rochdale, 28 operários da indústria Têxtil, em greve, enfrentando sérias dificuldades de sobrevivência, que em 1844 fundavam uma cooperativa-símbolo em Rochdale (Manchester/Inglaterra). Ela se tornou a matriz do cooperativismo de consumo e foi registrada em 28 de outubro de 1844 como Rochdale Society Of Equitable Pioneers Ltd, (Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale Ltda) iniciando suas atividades com 28 libras, valor este destinado à aquisição de pequena quantidade de manteiga, farinha de trigo, aveia, etc. (PINHO, 2001, p. 84).

---

<sup>9</sup> Louis Blanc, conforme Pinho, nasceu na França, era historiador e jornalista, orador e político

Os planos dos Pioneiros eram arrojados. Eles pretendiam abrir armazém para compra e venda de gêneros alimentícios; comprar ou construir casas para os associados; produzir artigos, com o objetivo de criar trabalho para os associados; proporcionar ajuda mútua entre outras cooperativas que desejassem criar colônias semelhantes, organização da produção, distribuição e educação com recursos próprios e em seu próprio ambiente. Essas idéias prosperaram tanto, que em 1863, o pequeno armazém após atravessar problemas com as vendas por atacado, promoveu algumas mudanças operacionais e criou duas divisões: atacado e varejo, se transformando, posteriormente, numa grande organização atacadista denominada CWS-Cooperative Wholesale Society.<sup>10</sup> (PINHO, 2001, p. 85).

O cooperativismo de base rochdaleana se constitui em uma vertente doutrinária, das mais antigas do mundo, cujas características são: a prestação de serviços sem fins lucrativos, a eliminação do assalariado pelo associado cooperativista, a substituição da competição pela cooperação e a eliminação do lucro capitalista, além de criar condições para estabelecimento de um preço justo. Essas características se transformaram, em grande parte, na doutrina cooperativista, que prevalece até os dias atuais, com algumas modificações sofridas pelo avanço tecnológico e social, em todo o mundo.

Segundo Polônio (1999, p. 22), nesse mesmo período dos Pioneiros de Rochdale, surgem, na França, as primeiras Cooperativas de Produção. Elas não alcançaram o mesmo sucesso do modelo rochdaleano, porém, constituíram-se num marco importante para o cooperativismo mundial, devido ao crescimento da produção agrícola em todo o mundo. Também, no século XIX, surgem, na Alemanha, as Cooperativas de Crédito e Consumo tendo Herman Schulze, como

---

<sup>10</sup> Cooperativas atacadistas criadas de acordo com o modelo dos Pioneiros de Rochdale.

fundador da Associação das Cooperativas Alemãs em 1859, cujo nome do modelo cooperativista era “SCHULZE-DELITZSCH”, devido ao nome da cidade alemã DELITZSCH, local onde vivia Herman.

O modelo alemão era voltado para os pequenos produtores, bem como para os artesãos, fazendo frente ao sistema capitalista predominante na época. Como os demais modelos cooperativistas, o modelo alemão era estruturado com alguns princípios cooperativistas ainda vigentes até hoje, quais sejam: 1) adesão livre de qualquer pessoa; 2) administração praticada pelos próprios associados; 3) juros módicos do capital social; 4) divisão das sobras para todos os associados; 5) neutralidade política, social e religiosa; 6) cooperação entre as cooperativas, no plano local, nacional e internacional; e 7) constituição de um fundo de educação. (POLÔNIO, 1999, p. 22).

Conforme Pinho (2001, p. 89), além do cooperativismo de base rochdaleana, surgiram, ao longo da história, diversas manifestações e proposições teóricas, na tentativa de aperfeiçoar o movimento cooperativista em todo o mundo, passando a cooperativa a ser tratada como uma empresa econômica administrada pelos métodos modernos, onde se procura torná-la economicamente mais eficaz, apta a competir no mercado internacional, tendo como objetivo básico atender as necessidades e aos interesses individuais dos seus associados.

Entre as várias teorias surgidas, destaca-se a Teoria de Munster, também conhecida por Teoria Econômica Da Cooperação Cooperativa, desenvolvida por um grupo de professores do Instituto de Cooperativismo da Universidade de Munster (Alemanha), a exemplo de Dieter Benecke e Rolf Eschemburg.

A teoria de Munster tem como base o racionalismo crítico e apóia-se na metodologia da investigação científica, sendo suas colocações comprováveis, tanto

as hipóteses como os resultados. Com base nos seus pressupostos e axiomas, ela define a cooperativa como: “agrupamentos de indivíduos que defendem seus interesses econômicos individuais por meio de uma empresa que eles mantêm conjuntamente”. A partir dessa conceituação foi possível abstrair-se axiomas e definições, classificações e outras situações existenciais das sociedades cooperativas, aqui consideradas como empresas econômicas.

A Teoria de Munster permitiu a realização de estudos mais detalhados dos instrumentos de controle, focalizando o êxito cooperativo representado pela Produtividade e pela Efetividade. O primeiro, voltado para o ambiente externo, pelo uso de modernas técnicas de Organização empresarial; o segundo, para o ambiente interno, pautado nas condições de funcionamento de cada tipo de cooperativa onde os benefícios gerados pela empresa devem retornar para os seus associados, sem discriminações, o que implica na participação de todos nos processos decisórios, de forma efetiva e com cumplicidade. (PINHO, 2001, p. 92).

Em seu escopo básico, a vertente da teoria econômica da cooperação vê a organização como uma empresa economicamente constituída, que deve gerar benefícios para seus associados, devendo competir no mercado em nível de igualdade com os demais tipos de organizações econômicas, sem a presunção do modelo rochdaleano de simplesmente eliminar a concorrência e praticar a cooperação para solucionar todos os problemas do mercado. Na sua visão, ela deve competir buscando, através de uma melhor prestação de serviços conquistar maiores benefícios para seus associados.

Por outro lado, a teoria de Munster trata basicamente da função econômica da cooperativa, esquecendo-se da parte social, ainda porque a sociedade cooperativa sempre foi considerada como um misto de associação de pessoas e

empresa. Assim sendo, alguns autores famosos como Schmoller, entendem ser necessária a fusão dessas duas vertentes: a doutrina rochdaleana e a teoria de Munster, sendo consenso que uma complementa a outra, permitindo a cooperativa operar no plano econômico e no social, melhorando o ambiente interno e externo, e atuando como verdadeira organização sócio-econômica.

#### 2.1.1.2 Histórico e desenvolvimento do cooperativismo no Brasil

De acordo com a OCB, o cooperativismo no Brasil inicia sua história a partir do ano de 1610, com o trabalho desenvolvido pelos padres jesuítas, fundamentado no bem estar do indivíduo e da coletividade sobrepondo-se aos interesses econômicos da produção. Entretanto, têm-se notícias que foi a partir de 1847 o marco do movimento cooperativista nacional, com a fundação da Colônia Tereza Cristina, nos sertões do Paraná, pelo médico francês Jean Maurice Faivre, em bases cooperativas. Apesar de sua breve existência, ela ajudou na formação do cooperativismo brasileiro. ([www.cooperativasassociadas.com.br](http://www.cooperativasassociadas.com.br))

Em 1887, surgiu a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, na cidade de Campinas (SP). Dois anos depois, em Ouro Preto (MG), foi criada uma Sociedade Econômica Cooperativa. Em 1891, na cidade de Limeira (SP) foi fundada a Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica. No Rio de Janeiro, então Distrito Federal, surgiu a Cooperativa Militar de Consumo no ano de 1894. Em 1895, foi constituída a Cooperativa de Consumo de Camaragibe, em Pernambuco. Em 1913, surgiu a Cooperativa dos Empregados e Operários da Fábrica de Tecidos da Gávea, sob a liderança e inspiração de Sarandi Raposo,

também responsável pela fundação da Cooperativa de Consumo Operária do Arsenal de Guerra, ambas no Rio de Janeiro.

Ainda em 1913, na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, foi fundada a COOPFER - Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea, sob a inspiração de Manuel Ribas. A COOPFER desenvolveu-se até 1964 e foi pioneira em várias iniciativas de caráter social, chegando a ser considerada a maior cooperativa de consumo da América do Sul.

Com relação ao ramo agropecuário, a partir de 1907, em Minas Gerais, foram organizadas as primeiras cooperativas desse segmento, pelo então Governador do Estado João Pinheiro, cujo projeto cooperativista tinha o objetivo de eliminar os intermediários da produção agrícola, especialmente o café, cuja comercialização era controlada por estrangeiros.

As cooperativas agropecuárias foram surgindo no Sul do Brasil, principalmente, nas comunidades de origens alemã e italiana, tendo como seu principal divulgador o italiano Stéfano Paterno. Essas entidades incluíam, em seus objetivos operacionais, os setores de compras e vendas em comum

Outros segmentos cooperativistas aparecem no Brasil, no decorrer do século XX: crédito, trabalho, saúde, habitação, transporte, energização e telecomunicação rural, entre outros. Em 1902, surgem as cooperativas de crédito rural, sob a inspiração do Padre Jesuíta Theodor Amstadt, baseadas no modelo alemão de Friedrich Wilhelm Raiffeisen.

Nos anos 20, vão surgir as cooperativas de crédito popular, também conhecidas como “luzzatis”, com base no modelo desenvolvido pelo italiano Luigi

Luzzati, considerado pelos especialistas como sendo o modelo ideal para as condições brasileiras.

As cooperativas de trabalho, surgem no Brasil com a Cooperativa de Trabalho dos Carregadores e Transportadores de Bagagens do Porto de Santos, fundada em 1938. Todavia, esse segmento desenvolve-se a partir do ano de 1960, sendo que mais de 70% das cooperativas, foram fundadas após 1992.

No campo da saúde, as cooperativas começam a aparecer a, aproximadamente, 30 anos atrás, abrangendo as seguintes áreas: médica, odontológica, psicológica, tendo como exemplo mais representativo, as cooperativas dos médicos, representadas pelo sistema UNIMED, composto de uma confederação e singulares em todo o território Nacional.

Polônio (1999, p. 23), analisando o cooperativismo no Brasil, afirma que do ponto de vista legal, o seu marco histórico é 6 de janeiro de 1903, com o advento do Decreto nº 979, cujo propósito é regular as atividades dos Sindicatos de Profissionais da Agricultura e das atividades rurais e de cooperativas de produção e consumo. A partir daí, surgiram várias leis e decretos, ampliando o mundo jurídico do sistema cooperativa, em suas diversas áreas de atuação, a exemplo das Cooperativas Habitacionais regulamentadas com o Decreto 58.377 de 9 de maio de 1966, culminando com o advento da Lei 5.764 de 16/12/71, conhecida como Lei Das Cooperativas, vigente até o momento.



### 2.1.1.3 Entidades de representação

Em 1895, foi criada a Aliança Cooperativa Internacional – ACI, com razões Idealistas e Pragmáticas. Idealistas no sentido de guardiã dos valores cooperativos e de solidariedade mundial e Pragmáticas no aspecto de representação dos ideais de cooperação rochdaleana em oposição aos excessos de competição capitalista.

A ACI possui quatro objetivos básicos: 1) influir cooperativamente sobre as políticas governamentais e legislações nacionais; 2) ajudar o desenvolvimento institucional das cooperativas a nível nacional; 3) concentrar-se no desenvolvimento dos recursos humanos; 4) mobilizar recursos, estimular agências de desenvolvimento para suporte das cooperativas e coordenar movimentos de assistência às cooperativas. (PINHO, 2001, p. 94).

Em termos do continente americano, a representação cooperativista é feita pela Organização das Cooperativas da América – OCA, com sede em Bogotá, na Colômbia. Ela foi fundada em 1963 e representa 21 países, inclusive o Brasil.

No caso do Brasil, a representação de todo o sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, constituída no dia 2 de dezembro de 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, que é o órgão máximo de representação, controle, registro e cadastramento do Sistema Cooperativo Brasileiro, nos termos da legislação vigente. É constituído em cada Estado por uma Organização das Cooperativas –OCE's

#### 2.1.1.4 Tipos de cooperativas

Na visão de Bialoskorski (2000, p. 27), o cooperativismo pode ser dividido em oito ramos, a saber: Agropecuário – formado pelas cooperativas de produtores rurais; Consumo – formado por cooperativas que atuam na compra em comum de bens de consumo para os seus associados; Crédito – formado por cooperativas que atuam no setor financeiro proporcionando os recursos necessários para atender às necessidades de seus associados; Educacional – formado por cooperativas de pais e se destinam a proporcionar educação para os filhos destes; Habitacional – formado por cooperativas voltadas para a atividade de construção, manutenção e administração de unidades habitacionais; Trabalho – formado por cooperativas de trabalhadores de todas as categorias profissionais, para prestarem serviços a terceiros e Energia; Telecomunicação – formado por cooperativas que prestam serviços de eletrificação e telefonia rurais a seus associados e por fim saúde – formado por cooperativas que prestam serviços médicos e odontológicos à população.

Dentre esses ramos, o cooperativismo agropecuário é um dos mais importantes e dos mais ativos, por atender a um número expressivo de associados em todo o mundo, além do elevado faturamento e os serviços prestados, envolvendo desde a compra em comum de insumos agropecuários até a distribuição da produção dos associados, lhes permitindo aumentar suas capacidades de produção e comercialização e uma possível melhoria do nível de renda e até mesmo um controle de preços e mercado, em alguns casos, devido à eliminação de intermediário.

Outro ramo importante de cooperativismo é o de consumo, considerado como sendo aquele que deu origem ao cooperativismo mundial. É um ramo que propicia inúmeros benefícios a seus associados, pois se destina a aquisição de bens de consumo, especialmente, gêneros alimentícios, vestuário, higiene pessoal, entre outros, de excelente qualidade e a preços mais acessíveis, posto que destituídos do lucro. Deve-se observar que nesse tipo de cooperativa comporta dois tipos: as fechadas, que são constituídas exclusivamente por empregados de uma mesma empresa e as abertas, onde qualquer pessoa pode associar-se. De qualquer forma, os participantes dessas cooperativas são ao mesmo tempo clientes, associado e usuário

#### 2.1.1.5 Princípios cooperativistas

Do ponto de vista legal, a cooperativa é uma Pessoa Jurídica de Direito Privado, de natureza civil, considerada como uma Sociedade de Pessoas, sendo regulada no Brasil pelas Leis 5.764/71 (Lei das Sociedades Cooperativas) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), pelos Princípios Gerais de Direito, por legislação específica no âmbito trabalhista, fiscal, tributário, penal e civil e, ainda, por atos do Conselho Nacional de Cooperativismo – CNC, além dos Princípios Cooperativistas.

O art. 4º da lei 5.764/71 define a cooperativa como sendo uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

- I – Adesão voluntária, com número ilimitado de associados salvo, impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II – variabilidade do capital social representado por cotas-parte;
- III – limitação do número de cotas-parte do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV – inacessibilidade das cotas-parte do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V – singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;
- VI – “quorum” para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII – retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;VIII – indivisibilidade dos Fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;
- IX – neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social;
- X – prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI – área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

Do conjunto dessas características das cooperativas pode-se tirar as seguintes conclusões: qualquer pessoa que se enquadre no regime cooperativista e as suas condições técnicas de prestação de serviços, pode-se associar à mesma; cada associado não pode subscrever mais do que 1/3 do total de cotas partes (art. 24, § 3º da referida lei), a não ser em situações especiais definidas na própria lei, não podendo transferi-las a terceiros; a participação dos associados nas deliberações da cooperativa é igualitária, sem qualquer relação com o montante de capital social de cada um, inclusive no que diz respeito ao quorum necessário para votação; por fim, devolução do valor excedente cobrado dos associados para custeio das despesas da cooperativa, de acordo com as operações realizadas por cada um junto à cooperativa, após constituição dos fundos legais e para assistência dos associados.

#### 2.1.1.6 Autogestão

Do ponto de vista social, a cooperativa insere, em seus objetivos macros, os princípios da solidariedade e da integração, onde as pessoas participam com sua produção, ou, com a prestação de serviços para a realização do objetivo comum, se constituindo em um empreendimento solidário. É necessário que os demais associados se envolvam diretamente nesse processo gerencial, através de suas presenças atuantes nas Assembléias, bem como pelo acompanhamento constante das atividades econômico-sociais da organização. Dessa forma estará praticando

aquilo que os técnicos denominam de Autogestão, <sup>11</sup> que proporcionará, além de outras coisas, uma administração mais transparente e participativa.

De acordo com Moura Costa (2001:15), com a cessação da intervenção estatal sobre as cooperativas brasileiras, a partir de 1988, prevista na Constituição Federal, surge a necessidade dos próprios associados, líderes e dirigentes, assumirem integralmente a administração de sua cooperativa, na busca do aperfeiçoamento de suas atividades e de sua eficiência operacional, com o intuito de atender as necessidades de seus integrantes. Tem-se aí, caracterizado aquilo que tecnicamente se denomina de Autogestão, cujo processo teve início em 1983, na OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, com a implantação de um plano piloto de autofiscalização.

A Intervenção do Estado sobre as cooperativas, em alguns aspectos, foi importante, pois, deu sustentação econômico-financeira durante certo tempo para que o sistema pudesse sobreviver. Foi prejudicial, Entretanto, do ponto de vista da competitividade como empresa, no mercado. As cooperativas sobreviviam, independentemente de qualquer estratégia mercadológica, produtividade, concorrência e pela fidelidade do associado.

Com a saída do Estado, a situação mudou totalmente. As cooperativas para sobreviverem tiveram necessidade de modernizarem-se rapidamente, para poderem prestar melhores serviços a seus associados e qualificarem-se para vencer a acirrada batalha da competitividade. Aquelas que não conseguiram atualizar-se acabaram perecendo ao longo do tempo.

---

<sup>11</sup> “A autogestão deve ser entendida como os próprios cooperados, líderes e dirigentes assumindo a total responsabilidade pela gestão administrativa da cooperativa, sem a necessidade da interferência estatal em seu funcionamento” (OCB, 1990). O objetivo maior da autogestão é o desenvolvimento econômico e social da cooperativa, cabendo ao cooperado a responsabilidade pelas decisões, sobre que tipos de serviços e como devem ser prestados.

Por outro lado, a necessidade dos associados participarem com maior efetividade da administração das suas cooperativas, tem sido cada vez maior, exigindo uma melhor qualificação do quadro social, para exercer atividades que antes não exercia, obedecendo algumas prerrogativas técnicas. Dessa forma, surgem os programas de Autogestão, que irão implementar a gestão das empresas, pela capacitação dos recursos humanos e com um trabalho de consultoria e assessoria técnica. Moura Costa finaliza, conceituando o programa de autogestão e o faz da seguinte forma:

O Programa de Autogestão tem como objetivo promover o desenvolvimento autosustentado da qualidade de gestão da empresa cooperativa, aumentar sua credibilidade perante a sociedade, promover a administração transparente e participativa e garantir a competitividade da cooperativa no mercado. (MOURA, 2001, p. 17).

Teixeira (1980, 09), observando a participação dos associados de uma cooperativa, deixa claro que estes, como proprietários que são da mesma, devem estar conscientizados da necessidade de vivenciarem plenamente a vida dos seus empreendimentos para que possam atingir os fins almejados, e conclui dizendo que:

O conceito de participar, aqui, é o de participar mesmo, isto é, fazer parte atuamente. Por isso, que ser cooperativado é estar em permanente participação com outros cooperativados (por si mesmos ou por seus bens) na atividade econômica comum. Mas participar é ainda mais: é influir, é formular juízos, é expender apreciações críticas, é co-decidir. É, enfim, ligar-se decididamente a atividade conduzida em comum, mas comum solidariamente. (TEIXEIRA, 1980, p. 15)

Para tanto, torna-se necessária a implementação de um projeto de educação cooperativista junto aos associados, onde haja comprometimento de todas as partes envolvidas: associados, cooperativas. Também, é importante o envolvimento e o desejo dos dirigentes políticos, na criação de programas de âmbito geral para implementação do cooperativismo nacional, de forma séria e definitiva, sem, contudo, haver qualquer forma de intervenção no empreendimento cooperativo. Ou

seja, o governo deverá fornecer tão somente as ferramentas, para que o sistema cooperativista se desenvolva por si só.

Umbelino (2003, p. 150) comentando sobre a autogestão diz que ela deve ser entendida num sentido amplo quando todas as pessoas que participam de um determinado movimento ou organização autogestionária e solidária, assumem, efetivamente e em conjunto, todas as ações planejadas, inclusive aquelas de ordem econômica como produção, comercialização, resultados operacionais etc. de forma livre e democrática. O autor finaliza seu comentário enfatizando o seguinte:

A autogestão, no entanto, não está presente em todas as cooperativas, associações e empresas autogestionárias. Há cooperativas tradicionais que, embora aceitem e declarem os princípios do cooperativismo, se pautam na lógica, da rentabilidade econômica e não desenvolvimento sócio-econômico, sustentável e solidário. Por isso existem cooperativas poderosas economicamente, mas com um quadro social, na grande maioria volumoso, empobrecido. Nesses casos o cooperado não passa de um mero fornecedor de insumos, e/ou matéria-prima ou prestador de serviços. (Umbelino,2003:150)

## **2.1.2 Aspectos da análise de balanço**

### **2.1.2.1 Histórico e elementos conceituais**

Com relação à análise de balanços, inúmeros autores fazem referência como uma técnica contábil necessária para qualquer empresa, que pretenda manter algum tipo de controle econômico-financeiro e que necessite fornecer informações sobre sua situação a clientes, credores, associados, ou investidores.

Conforme Sá (1981, p. 11), tudo o que ocorre na empresa e que é objeto de estudo e de registro pela contabilidade, deve ser demonstrado através de relatórios diários, mensais, semestrais ou anuais, de forma sintetizada, denominados demonstrações contábeis. Eles têm por finalidade revelar a situação patrimonial da



organização, tanto do ponto de vista da estrutura, quanto das variações patrimoniais, bem como da circulação dos recursos e do destino dos resultados acumulados em suas operações, com o objetivo precípua de permitir que todas as pessoas interessadas nos negócios da entidade, possam ter conhecimento da situação econômico-financeira da mesma .

Por outro lado, para se fazer um estudo detalhado das peças contábeis, de forma que se possa evidenciar claramente a situação do patrimônio, é necessário a utilização de uma técnica apropriada, que utilizando um método próprio, permita analisar o patrimônio parte a parte, observando as características inerentes a cada tipo de sociedade, no que diz respeito, principalmente a seu ramo de negócio, sua dimensão, condições econômicas e legais, a fim de se obter resultados tecnicamente corretos e adequados ao estudo que se está realizando.

A técnica, que permite tal tipo de estudo, é chamada Análise das Demonstrações Contábeis e deve ser realizada para atender a determinado objetivo, levando o analista a fazer o seguinte questionamento: para quem, por que e para que está sendo feito o trabalho. Além do mais, a análise deve levar em consideração, também, os aspectos de observação, que de uma maneira geral têm uma ligação com o seu fim, sendo, porém, necessário uma ponderação sobre o que se quer analisar, para não se apresentar dados incorretos, ou, desnecessários. Sá, conclui suas observações, afirmando o seguinte:

Analisar um balanço e as demonstrações contábeis é estudar cada parte de tais sistemas, decompondo, estabelecendo relações, para que se possam formar juízos parciais e globais sobre os patrimônios e resultados. (SÁ, 1981, p. 11).

De acordo com Franco (1992:19), a contabilidade é considerada uma ciência, pertencente ao grupo das administrativas e econômicas, que tem por finalidade básica registrar, estudar e controlar o patrimônio de uma organização, para fornecer informações que irão subsidiar a administração na sua tomada de decisões. Esse, inclusive, é um conceito da contabilidade, adotado por diversos autores e doutrinadores da área, com a qual também comungamos.

A contabilidade tem como objeto de estudo o patrimônio e pode ser aplicada em qualquer atividade econômica ou social. Ela vai alcançar sua finalidade mediante o uso das técnicas contábeis: escrituração – responsável pelo registro analítico de todos os fatos Contábeis; demonstrações Contábeis – representação sintética dos fatos contábeis registrados; auditoria – para confirmar a exatidão das informações contábeis; a análise de balanços – estudo analítico das informações.

As demonstrações contábeis têm como objetivo macro atender à função expositiva da contabilidade. Elas são elaboradas de acordo com técnicas próprias da ciência contábil e devem refletir de forma clara e objetiva os aspectos estáticos e dinâmicos do patrimônio. A lei 6.404/76 (Lei das S/A) em seu art. 176, determina que ao final de cada exercício social, a empresa deve elaborar as seguintes demonstrações contábeis: balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados e a demonstração de origens e aplicações de recursos. Cada uma dessas demonstrações tem uma finalidade definida do diploma legal citado.

Como algumas demonstrações contábeis são sintéticas, oferecendo informações globais, de conjunto, que não esclarecem quanto à composição analítica do patrimônio e de suas variações, elas nem sempre atingem os fins informativos a que se destinam. Daí a utilização, pela contabilidade, de outra técnica

especializada, chamada genericamente de análise de balanços, que utilizando métodos e processos específicos, permita decompor, comparar e interpretar o conteúdo das demonstrações contábeis, fornecendo informações analíticas e úteis, não somente a administradores e titulares do patrimônio, mas a todos os que com este mantém relações de interesse.

A análise de balanços, sempre foi utilizada como uma técnica contábil, para que a contabilidade possa cumprir sua finalidade precípua de manter um controle efetivo do patrimônio da organização e ao mesmo tempo fornecer informações sobre a composição deste e suas variações econômico-financeiras. Essas informações devem ser obtidas mediante processos baseados no raciocínio científico e revestidas de total credibilidade, pois, delas, na maioria das vezes, depende a administração para tomar decisões, inclusive de alto risco para a empresa.

Além do aspecto gerencial, ela é importante para quem pretenda fazer algum tipo de investimento; para os credores e as entidades governamentais, que desejem algum tipo de informação econômico-financeira da empresa, de forma detalhada, sobre os ativos e passivos, com o objetivo de tomar conhecimento da situação geral da organização.

Na visão de Ludícibus (1995, p. 17), a necessidade de analisar as demonstrações contábeis remonta a origem destas. Desde quando a contabilidade se ocupava basicamente, na realização de inventários, o homem primitivo tinha algumas noções básicas tanto de contabilidade, quanto da análise de balanços, dada a sua preocupação em proceder alguns tipos de controles, avaliações quantitativas e qualitativas de seus bens, que em última instância poderiam ser classificados como algum tipo de análise vertical ou horizontal.

A análise de balanços, todavia, vai desenvolver-se e aprimorar-se tecnicamente, com o surgimento dos bancos de desenvolvimento, em vários países, pois tais entidades normalmente exigem, como parte do projeto de financiamento de qualquer empresa, uma completa análise econômico-financeira do patrimônio desta.

A análise contábil, também, é de interesse dos credores e investidores, que ao adquirirem ações de alguma organização, se baseiam, em grande parte, nas análises feitas nas demonstrações financeiras das mesmas. Iudícibus, examinando o assunto faz uma abordagem geral sobre a importância da análise de balanços em todas as esferas sócio econômicas e conclui afirmando:

Se uma boa análise é importante para os credores, investidores em geral, agências governamentais e até acionistas, ela não é menos necessária para a gerência. Para esta, a análise de balanços faz mais sentido quando, além de sua função de informar o posicionamento relativo e a evolução de vários grupos contábeis, serve como um painel geral de controle da administração. (IUDÍCIBUS, 1995, p. 19).

A expressão “Análise de Balanços”, deve ser entendida como análise contábil das demonstrações contábeis, por ser uma técnica que permite examinar, contabilmente, não somente o Balanço Patrimonial, mas outros demonstrativos elencados no art. 176 Lei 6.404/76 (Lei das S.A.), quais sejam: Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, além de outras que a empresa elabore.

Saliente-se que a utilização da nomenclatura “análise de balanços” é parte integrante da história dessa importante técnica contábil, e decorre do fato de que nos primórdios de sua existência, somente era exigido da empresa a elaboração e apresentação do Balanço Patrimonial. Dessa forma, procedia-se à análise contábil somente desse informativo. As demais peças contábeis somente vão surgir anos

mais tarde, em decorrência do avanço tecnológico e da crescente necessidade de novas informações, sobre a situação econômico-financeira das empresas.

Matarazzo (1998, p. 22), ao discorrer sobre as origens da análise de balanço, segue a mesma linha de Ludícibus, ao afirmar que essa técnica contábil deve seu surgimento e progresso ao sistema bancário, especialmente o americano, no século passado, quando este passou a solicitar às empresas tomadoras de empréstimos, algumas declarações sobre suas obrigações. Em 9 de fevereiro de 1895, o Conselho Executivo da Associação dos Bancos no Estado de New York resolveu recomendar aos seus membros, a adoção dessas medidas aos tomadores de empréstimos, decisão que contou com ampla aceitação pública.

No ano de 1900, o Conselho lançou um formulário de proposta de crédito, onde continha um espaço para demonstração do balanço patrimonial, consolidando a medida adotada. Em 1913, começaram a aparecer os primeiros indicadores econômico – financeiros, ainda de forma rudimentar, mas abriu espaço para um longo caminho até os dias atuais.

O uso e apresentação das demonstrações contábeis, notadamente, o balanço patrimonial, para fins de concessão de crédito, se consolida em 1915, por determinação do Federal Reserve Board (o Banco Central do Estados Unidos), ao exigir que somente poderiam ser redescontados os títulos negociados por empresas que tivessem apresentado seu balanço ao banco.

Havia necessidade, entretanto, de adequarem-se as demonstrações contábeis para serem analisadas. Era imperioso, como o é até os dias atuais, que houvesse uniformidade nos dados apresentados, sua disposição estrutural, bem como uma correta classificação contábil das contas. Tem-se conhecimento que somente em 1918 é que o Federal Reserve Board, lançou um esboço com

formulários padronizados para Balanço, Demonstração de Lucros e Perdas, procedimentos de auditoria e princípios de preparação de demonstrações financeiras.

Coube a Alexander Wall, considerado o pai da Análise de Balanços, o privilégio de apresentar, em 1919, um modelo de Análise de Balanços, através de índices, onde demonstrava a necessidade de considerar outras relações além do Ativo Circulante contra o Passivo Circulante, tendo elaborado, em conjunto com outros parceiros, alguns índices ponderados, para avaliação de empresas.

A partir de então, muitos outros autores e empresas passaram a adotar a análise mediante a aplicação de índices, previamente elaborados. É o caso de Stephen Gilman, em 1925; da empresa Dun & Bradstreet, em 1931; da Du Pont, de Nemours que, na década de 30, lançou um modelo de análise de rentabilidade, conhecida como ROI (Return On Investment).

No Brasil, a Análise de Balanços começou a desenvolver-se, efetivamente, a partir do ano de 1968, com a criação da Centralização de Serviços dos Bancos S/A-SERASA, empresa que passou a operar como central de Análise de Balanços de bancos comerciais.

Sá (1973, p. 21), fazendo uma apreciação sobre a análise dos demonstrativos contábeis em sua época, diz que esta deve levar em consideração os aspectos internos e externos da empresa, para efeito de análise do fato contábil e da situação daquela, não podendo o analista esquecer, que o patrimônio é dinâmico e mantém relações estreitas com diversos outros fatores sociais e econômicos. Essas observações se fazem necessárias ao se emitir um parecer sobre a situação patrimonial, sob pena de se cometer equívocos. Assevera-se, pois, que a análise de

balanços guia-se pelo método relativista. Conclui o autor sua observação sobre o assunto dizendo:

Quando observamos as condições sobre as quais uma indústria deseja promover a sua expansão, torna-se necessário realizar uma Análise Contábil de forma bem diferente da que se realizaria se estivéssemos a medir a capacidade de crédito da mesma empresa. (SÁ, 1973, p. 21).

Assaf (2001, p. 48), fazendo observações sobre a análise dos demonstrativos contábeis, sua utilização e seus objetivos, enfatiza o fato de que ela é elaborada, basicamente, a partir dos demonstrativos financeiros, mas utilizando-se, também, de outros informes contábeis que permitam robustecer o parecer final sobre a situação patrimonial.

Assaf afirma ainda, que a referida análise pode atender a diferentes objetivos, de acordo com os interesses de seus vários usuários, ou sejam, as pessoas físicas ou jurídicas que apresentam algum tipo de relacionamento com a empresa, que buscam os mais variados tipos de informações sobre a empresa e seus negócios. Ele finaliza suas observações enfatizando: “os usuários mais importantes de uma análise de balanços de uma empresa são os fornecedores, clientes, intermediários financeiros, acionistas, concorrentes, governo e os seus próprios administradores”. (ASSAF, 2001, p. 52).

Reis (1993, p. 103), procura centrar a sua pesquisa nos aspectos estáticos e dinâmicos da análise das demonstrações contábeis, bem como em seus objetivos e métodos. Na concepção de Reis, da qual partilhamos, a análise contábil deve ser elaborada para atender a certo pedido. Dessa forma, se ela se destinar a determinar, por exemplo, o montante de capital social aplicado no Ativo, estará se preocupando com o aspecto “estático” da situação econômica. Se, no entanto, ela disser respeito à apreciação do resultado operacional, bem como a formação do mesmo, ou, a

remuneração dos investidores e do reinvestimento desses resultados, estará se procedendo ao mesmo exame, porém, sob o aspecto “dinâmico”.

Florentino (1974, p.3), entende que para se fazer uma análise das peças contábeis, é importante que elas sejam bem elaboradas e reflitam verdadeiramente a posição das contas patrimoniais. É necessário, também, que haja uma uniformização dos balanços entre vários exercícios, para que se possam realizar comparações entre os diversos períodos analisados. Também, é importante que o analista ao emitir seu parecer, sobre a situação patrimonial da empresa, elabore várias análises diferentes que lhe dê maior embasamento na hora da interpretação dos dados e análise dos resultados.

Van Horne (1979, p. 517), faz uma abordagem sobre a análise financeira realizada mediante Quocientes, evidenciando, que o administrador de uma empresa para tomar decisões, precisa ter em mãos instrumentos, que permitam uma visão global do negócio. Um desses instrumentos a ser utilizado é a análise financeira, a qual é útil para o controle interno da empresa, tomada de novos empréstimos e, até para os investidores. Van Horne conclui este assunto dizendo:

Para avaliar a situação financeira e o desempenho de uma empresa, o analista financeiro necessita de certos padrões de medida. O padrão de medida comumente utilizado é um quociente ou índice, relacionando dois dados financeiros. A análise e a interpretação dos vários índices deverão proporcionar, ao analista capaz e experiente, uma visão mais perfeita da situação financeira e do desempenho da firma, do que a obtida a partir da análise pura e simples dos dados financeiros brutos. (VAN HORNE, 1979, p. 517)

No âmbito da gestão das cooperativas, a situação não é diferente. Tratando-se de uma sociedade de pessoas em que a autogestão deve ser uma tônica, a Análise de Balanços, como instrumento de controle, torna-se mais do que necessária, por permitir maior transparência na apuração dos resultados e na



prestação de contas da organização aumentando seu grau de confiabilidade. Aliás, a nova geração de cooperativas é constituída de empreendimentos onde a estrutura doutrinária do cooperativismo é respeitada, mas se estabelece um padrão diferenciado, tendo o cuidado de aproveitar as vantagens do negócio e de reduzir as suas desvantagens.

Além do mais, deve-se observar que as cooperativas apresentam inúmeras particularidades, especialmente, no campo contábil, por exemplo: 1) a contabilização dos resultados, das operações com associados e terceiros;<sup>12</sup> 2) contabilização das Inversões feitas pela cooperativa em outras sociedades não cooperativas,<sup>13</sup>. Portanto, é necessário fazer-se algumas observações a respeito da contabilidade aplicada ao sistema cooperativista brasileiro.

#### 2.1.2.2 Contabilidade cooperativista no Brasil

Fazendo-se um breve histórico sobre a contabilidade cooperativista, no Brasil, pode-se dizer que a partir do Decreto-lei nº 2.627 de 26 de setembro de 1940 (a antiga Lei das Sociedades por Ações), que regulamentou a estrutura das Demonstrações Contábeis, para todo o tipo de empresa, surgiu a necessidade de se ter um instrumento adequado para se fazer a contabilidade das cooperativas, dadas as suas características próprias, que tornavam inadequados os modelos propostos pelo referido diploma legal.

---

<sup>12</sup> De acordo com o art. 87 da Lei 5.764/71, os resultados das operações com não associados, devem ser contabilizados separadamente das operações com associados, para efeito do cálculo dos tributos e levados ao Fundo de Assistência Técnica e Educacional – FATES.

<sup>13</sup> De acordo o art.88, parágrafo único, da Lei 5.764/71, as inversões decorrentes da participação da cooperativa em outra sociedade não cooperativa, devem ser contabilizadas em títulos específicos e os resultados positivos devem ser levados ao FATES.

Em meados de março de 1972, após longo e profícuo trabalho de pesquisa técnica contábil, do qual participaram técnicos de várias organizações ligadas ao cooperativismo brasileiro<sup>14</sup>, surge o Plano De Padronização Contábil Para As Cooperativas Brasileiras (PLANCCOP). Esse plano vai tratar da normatização contábil da empresa cooperativa, além da estruturação dos seus demonstrativos contábeis, de maneira a atender as necessidades de controle e registro das operações, permitindo sua adequação das cooperativas (exceto aquelas com normatização especial, como as de crédito), assim como à legislação fiscal pertinente, inclusive sua atualização no decorrer dos anos vindouros.

O PLANCOOP, ao longo de sua existência, tem sofrido inúmeras alterações e adaptações, mormente, com o advento da lei nº 6.404/76, que introduziu diversas mudanças na contabilidade das empresas, especialmente, no tocante à estrutura das demonstrações contábeis, em atendimento às novas exigências fiscais, bem como ao crescente progresso no setor de informática, fazendo com que a área contábil fosse reestruturada.

Para Benato (2000, p. 225), além da reestruturação contábil, em termos dos demonstrativos financeiros, a cooperativa necessita de uma avaliação constante de sua situação econômico-financeira. Dessa forma, a apuração dos resultados deve obedecer aos princípios contábeis inerentes à sua gestão, conforme o padrão contábil definido para este tipo de sociedade, de acordo com um Plano de Contas próprio, inclusive no que diz respeito à Análise das Demonstrações Financeiras, observados os parâmetros da Contabilidade gerencial. Ele conclui sua análise afirmando que: “as demonstrações financeiras deverão ser analisadas, adequada e profundamente”.

---

<sup>14</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Banco do Brasil S/A; Organização das cooperativas Brasileiras – OCB; Banco nacional de Crédito Cooperativo – BNCC

A necessidade da análise de balanços na cooperativa advém do fato de que todo e qualquer tipo de empreendimento, para ter sucesso, carece de um sistema de controle e acompanhamento eficiente, onde as informações a respeito do patrimônio, bem como sobre os resultados, apareçam com toda a transparência possível, e, no momento oportuno, para que seus integrantes possam tomar conhecimento da realidade da entidade.

Por outro lado, essas informações são por demais importantes para a administração na tomada de decisões e no planejamento futuro do crescimento sócio econômico da organização. Nas cooperativas, principalmente, essa necessidade se faz cada vez mais presente, posto que os próprios associados regem seus negócios, através da autogestão e carecem cada vez mais de maiores controles do seu negócio.

## 2.2 QUADRO TEÓRICO DE REFERÊNCIA

O quadro teórico de referência é constituído de informações sobre a análise financeira, trazendo abordagens de alguns teóricos da área como; Franco, Tung, Van Horn, a respeito da análise por quocientes. Também, será tratado do conceito dos índices financeiros, de domínio geral, também, utilizados por Franco e Kanitz em seus trabalhos, como liquidez, solvência, garantia de capitais, grau de endividamento e fator de insolvência, os quais, também, serão utilizados nesta investigação. Ele é formado das seguintes seções: aspectos conceituais da análise financeira e indicadores do desempenho financeiro.

### **2.2.1 Aspectos conceituais da análise financeira**

Há um consenso entre os estudiosos da área contábil, de que a análise de balanços, como instrumento de controle e avaliação, se constitui em questão relevante para o desenvolvimento das empresas, pois, além de fornecer informações indispensáveis ao bom gerenciamento das atividades econômico-financeiras, auxiliam no planejamento destas. Ela pode ser desenvolvida em todas as áreas da empresa, com observações do patrimônio (análise patrimonial), da área financeira (análise financeira) e da área operacional (análise operacional). No caso em questão, o trabalho a ser desenvolvido tem por base a análise financeira.

A análise financeira é aquela que visa aquilatar o equilíbrio, no tempo, entre os valores a receber e os valores a pagar de uma empresa. Ela se fixa na equação da solvência, mediante a aplicação de diversos indicadores previamente selecionados em função da análise que será realizada. Este tipo de análise revela preciosas informações, que permitem ao analista conhecer a situação financeira em termos de liquidez e solvência, isto é, sua capacidade de cumprir suas obrigações de curto e longo prazo, utilizando, somente dos recursos aplicados no Giro (Liquidez), ou, de todo acervo patrimonial (Solvência). Aliada a outras informações como fluxos de caixa, cronograma de recebimentos e pagamentos, é eficaz, servindo de orientação básica para a administração no direcionamento de sua política de obtenção de recursos externos e internos e na prevenção da falência.

Segundo Tung (1985), a análise financeira é realizada a partir de informações financeiras obtidas internamente e externamente, com o fim de investigar pontos de estrangulamento que possam causar desequilíbrios, a curto ou a longo prazo. No plano interno, os dados obtidos são oriundos, principalmente dos balanços. No plano

externo, as informações são obtidas de empresas concorrentes de um mesmo segmento. É comparando seus resultados com os padrões fixados e com aqueles de outras firmas da mesma categoria, que a empresa pode verificar e analisar o progresso ou o retrocesso ocorrido. Tung comentando sobre a modalidade de análise financeiras através de índices de relações, afirma:

Trata-se de modalidade mais eficiente de análise da situação financeira da empresa. Para empregá-la, o administrador financeiro compara o resultado conseguido pela empresa com o padrão por ela estabelecido quando da implantação do orçamento.(TUNG,1985, p. 357).

Para que a análise financeira tenha plena eficácia, ela deve ser realizada sob os pontos de vistas da estática e da dinâmica. No primeiro caso, a análise é elaborada com base em valores constantes dos demonstrativos contábeis, levantados em determinada data, sem que se considerarem as variações patrimoniais ocorridas no período administrativo, que se está analisando. Já no segundo caso, a análise é feita considerando-se todas as movimentações ocorridas no período.

A análise feita do ponto de vista da dinâmica é a ideal, principalmente, levando-se em conta que as atividades econômico-financeiras de uma empresa estão sempre sofrendo modificações, provocando alterações no Patrimônio empresarial. Dessa forma, os índices de liquidez devem considerar aspectos de situações passadas, presente, e uma projeção para o futuro.

De acordo com Van Horne (1979), a análise financeira pode ser feita pela própria empresa ou por terceiros, interessados em conhecer a situação do empreendimento. O tipo de análise a ser efetuada depende da finalidade para a qual ela é realizada e, também, de quem a efetua, haja vista que dependerá dos interesses específicos do analista.

A técnica de análise através de quocientes é considerada como um dos passos mais importantes nessa área, posto que o analista, especialmente, o externo, só dispõe das informações contidas nos demonstrativos contábeis fornecidos. Com isso, as limitações para a realização de uma análise com todo o rigor técnico são enormes, necessitando-se constantemente que os referidos demonstrativos sejam auditados antes de proceder à análise.

Por outro lado, o uso de quocientes, permitirá ao analista uma série de comparações, em relação a padrões tecnicamente definidos, com o objetivo de obter informações corretas sobre a real situação da empresa, em determinado momento, retratando o que aconteceu no passado, porém traçando algumas medidas de tendência para o futuro. Ela deve ser realizada em períodos de tempo mais curtos ou mais longos como: mensais, semestrais, ou anuais, a depender do tipo de acompanhamento que se fizer necessário, caso a caso, para que possa surtir o efeito almejado.

### **2.2.2 Indicadores de desempenho financeiro**

Conforme Franco (1992, p. 145), a análise financeira pode ser realizada a partir dos seguintes indicadores: Liquidez (geral, corrente, seca e imediata), Solvência, Garantia de Capitais de Terceiros, Grau de Endividamento, entre outras. Para uma empresa para ser considerada em boa situação financeira, deve apresentar índices financeiros dentro dos patamares, conforme Tabela 3.

Tabela 3 - Índices Financeiros

Índices	Percentuais
Liquidez Geral	110 a 130%
Liquidez Corrente	130 a 150%
Liquidez Seca	100 a 140%
Liquidez Imediata	5 a 25%
Solvência	=/> 100%
Garantia de Capitais de Terceiros pelos Recursos Próprios	=/> 100%
Endividamento Geral	40 a 60%
Fator de Insolvência	>0,00

Fonte: Franco 1992 e Kanitz.

### 2.2.2.1 Liquidez

A Análise de Liquidez revela a capacidade da empresa quitar seus compromissos de curto e longo prazos nas datas determinadas, utilizando-se tão somente dos valores aplicados no giro. Na sua identificação, fazem-se observações dos valores a receber, constituídos por recursos em caixa, saldos bancários, títulos a receber, estoques de mercadorias, etc., em comparação com valores a pagar representados por fornecedores, empréstimos, títulos a pagar, impostos, encargos sociais a pagar, etc. Deve-se ter o cuidado de expurgar da análise valores não realizáveis, como despesas do exercício seguinte e valores vencidos e não liquidados. Também se deve ter o cuidado de separar, cuidadosamente, as parcelas de curto e longo prazo.

Os resultados da liquidez são considerados positivos, quando os índices forem superiores a um. O contrário indica uma situação de iliquidez. Alguns autores acham que o resultado ideal seria um índice igual ou superior a dois, para maior margem de segurança. Deve-se levar em consideração, que esse resultado, em

alguns casos, pode ser fruto de excesso de disponibilidades, por baixa taxa de produtividade ou ainda grande volume de vendas a prazo ou, até mesmo alto volume de estoques com baixa rotatividade.

Por essa razão, não se devem esperar índices muito elevados, mas condizentes com a realidade da empresa que está sendo analisada. Como foi dito a análise envolve valores a receber a pagar de curto e longo prazo. E acordo vários autores, inclusive, Franco 1992, pode-se trabalhar com quatro tipos de indicadores de liquidez: Geral, Corrente, Seca e Imediata.

#### 2.2.2.2 - Liquidez geral (LG)

A liquidez geral é um índice contábil que revela a capacidade da empresa honrar seus pagamentos de curto e longo prazos, ou seja, se a organização apresenta condições de quitar, nas datas previstas, suas obrigações, com vencimentos até 360 dias ( passivo circulante), bem como acima de 360 dias (exigível a longo prazo), utilizando-se apenas dos recursos aplicados no giro (ativo circulante + realizável a longo prazo), com iguais datas para realização.

A liquidez geral é determinada pela comparação entre os grupos patrimoniais (ativo circulante + realizável a longo prazo)/(passivo circulante + exigível a longo prazo), extraindo-se dessa relação um quociente que, sendo superior á unidade irá determinar sua situação de liquidez ou lliquidez, se inferior á unidade (1,0). Ela é representado pela relação a seguir.

$$LG = \frac{\textit{Ativo Circulante} + \textit{Realizável a Longo Pr azo}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Exigível a Pr ozo}}$$



Para que se possa fazer uma interpretação correta do quociente resultante dessa relação, é necessário conhecer-se a natureza dos valores exigíveis de longo prazo, pois podem estar representados por financiamentos para ampliação do permanente ou créditos de sócios destinados a aumento futuro de capital. Nesses casos, esse índice não terá representatividade, para efeito de análise das exigibilidades.

Esses grupos patrimoniais acima mencionados são conceituados da seguinte forma: 1) ativo circulante, é o montante de recursos aplicados no giro com prazos de realização até 360 dias e compreendem, entre outras contas: caixa, bancos c/movimento, estoques, clientes, etc; 2) realizável a longo prazo, representa as aplicações feitas em bens e direitos com prazos de realização superiores a 360 dias, como por exemplo: empréstimos compulsórios; 3) passivo circulante compreende as obrigações da empresa, contraídas junto a terceiros, vencíveis em até 360 dias, como: fornecedores, contas a pagar, impostos a recolher, etc; e 4) exigível a longo prazo, constitui as dívidas da organização, junto a não sócios, com vencimentos superiores a 360 dias, por exemplo: parcelamento de tributos, empréstimos e financiamentos bancários, entre outras.

#### 2.2.2.3 Liquidez corrente (LC)

A liquidez corrente é um índice financeiro que evidencia se a empresa tem capacidade de pagamento a curto prazo, ou seja, se a organização apresenta condições de pagar, nas datas previstas, suas obrigações, com vencimentos até 360 dias, utilizando-se apenas dos recursos aplicados no giro.

A liquidez corrente é encontrada mediante o confronto entre os grupos patrimoniais (ativo circulante)/(passivo circulante), extraíndo-se dessa relação um quociente que, irá determinar sua situação de liquidez ou iliquidez. Neste caso, se o resultado for superior a 1,00 significa situação de liquidez. Se inferior á unidade (1,0) denota iliquidez.

Para agropecuárias, a liquidez corrente é considerada mais importante do que a liquidez geral, haja vista, que de uma forma geral, essas entidades devido ás suas atividades econômicas<sup>15</sup>, necessitam de maior volume de recursos a curto prazo, para aplicação no giro. Isso acontece porque o associado que entrega sua produção para ser comercializada pela cooperativa, necessita receber o pagamento no ato da entrega, ou, no máximo em 30 dias. O uso de recursos com vencimentos superiores a 360 dias, só ocorre quando há necessidade de repasse aos associados, para financiamento de sua produção, com duração superiores a 360 dias. Este índice é representado pela relação a seguir:

$$LC = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

O resultado dessa relação indica quanto a empresa dispõe de valores a receber para cada R\$ 1,00 de dívida, Assim, quanto mais alto esse índice, maior será a capacidade da empresa liquidar suas obrigações nos prazos estipulados. Esse índice, entretanto, não dever ser tomado como medida absoluta de liquidez, pois não leva em conta a análise dos diversos componentes do Ativo Circulante, nem a qualidade e rotação dos valores a receber e dos estoques.

---

<sup>15</sup> As cooperativas agropecuárias têm como atividades básicas a venda em comum da produção recebida dos seus associados e a compra em comum de insumos básicos para distribuição entre seus membros. Algumas cooperativas, como as de leite, além dessas atividades básicas, também exercem a atividade industrial.

A análise dos valores a receber depende da velocidade do recebimento destes. A existência de um montante expressivo de duplicatas vencidas sem liquidação, não é um bom indicador. Do mesmo modo a existência de estoques com baixa rotatividade, por exemplo, compromete sobremaneira a análise. Logo para ter eficácia plena, torna-se necessária a análise qualitativa e quantitativa desses aspectos, sob pena de apresentar-se um resultado que não reflete a realidade financeira da organização.

#### 2.2.2.4 - Liquidez Seca (LS)

A liquidez seca é um índice contábil semelhante à corrente, diferenciando-se, desta, pela exclusão dos valores referentes aos estoques, do grupo do ativo circulante. Por isso mesmo é um índice mais apurado do que o anterior. O seu objetivo, é, também, demonstrar se a organização tem suporte financeiro suficiente, para honrar seus compromissos junto a terceiros, com vencimentos até 360 dias, utilizando-se apenas dos recursos aplicados no giro.

Cabe salientar que, ao realizar-se uma análise financeira, onde se apura, além da liquidez seca, a liquidez corrente, somente uma das duas deve ser considerada, pois, uma anula a outra, a depender da análise qualitativa<sup>16</sup> dos estoques. Esta deve ser feita de forma criteriosa, posto que ela é quem irá determinar, qual índice deve prevalecer, para efeito de medida da capacidade de pagamento a curto prazo da empresa, utilizando-se, ou não, os estoques. Se a

---

<sup>16</sup> Na análise qualitativa dos estoques devem ser observados os seguintes pontos: 1) se o valor do inventário fiscal confere com o valor contábil dos estoques; 2) o grau de rotação dos estoques; 3) a qualidade dos estoques físicos dos bens.

análise projetar tendência ou resultado negativo<sup>17</sup> deve ser considerada a liquidez seca. Se positiva<sup>18</sup> fica valendo a corrente.

A liquidez seca é determinada cotejando-se os grupos patrimoniais (ativo circulante - estoques)/(passivo circulante), extraindo-se dessa relação um quociente que, sendo superior á unidade irá determinar sua situação de liquidez. Caso o resultado seja inferior á unidade (1,0) estará caracterizada a iliquidez. A sua representação é feita pela relação a seguir.

$$LS = \frac{\textit{Ativo Circulante} - \textit{Estoques}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

Na liquidez seca, permanecem os demais valores do circulante, considerados com maior grau de realização como caixa, bancos, aplicações financeiras e débitos de clientes. Quanto a estes últimos devem ser observados os mesmos pressupostos para a Liquidez Corrente, principalmente no que se refere ao grau de recebimento e rotação dos mesmos, além, é claro, da exclusão do grupo das despesas pagas antecipadamente.

#### 2.2.2.5 - Liquidez Imediata (LI)

A liquidez imediata é um quociente que demonstra se a organização apresenta condições de quitar, nas datas previstas, suas obrigações, com

---

<sup>17</sup> Considera-se uma análise qualitativa dos estoques com tendência negativa, quando: 1) o valor contábil dos estoques não confere com o inventário físico; 2) os bens existem fisicamente, mas não tem valor venal, ou, este é inferior ao valor contábil; 3) o prazo de realização dos estoques é superior a 360 dias.

<sup>18</sup> A análise terá uma tendência positiva, quando: 1) o valor contábil confere com o valor do inventário físico; 2) os bens existem, são de boa qualidade física e de alta rotatividade.

vencimentos até 360 dias (passivo circulante), utilizando-se apenas dos recursos aplicados em disponibilidades imediatas (caixa + bancos conta movimento).

Saliente-se, que a liquidez imediata não tem como objetivo precípuo, determinar uma situação de liquidez ou iliquidez da empresa. O que se busca em primeira instância, é verificar se existem recursos disponíveis em caixa e em conta corrente bancária, sem qualquer remuneração, aguardando para serem utilizados na liquidação de dívidas, pois, eles podem perder seu poder aquisitivo, devido á inflação.

A liquidez imediata demonstra elementos, que permitem visualizar a política financeira em relação a disponibilidades, bem como o nível de gerenciamento do capital de giro do empreendimento, pois do ponto de vista técnico, o montante de recursos existente, em caixa, deve ser um valor mínimo possível, o suficiente para cobertura de pequenos gastos a ser feita em espécie, de acordo com as normas expressas nos manuais de organização da empresa.

No caso dos recursos depositados em contas correntes bancárias, as normas organizacionais, prevêm que sejam feitos em volumes suficientes para pagamentos imediatos, ou seja, no mesmo dia do depósito, de preferência, para que a empresa não tenha prejuízos financeiros.

Há de se considerar, que os valores constantes de um balanço, refletem os saldos das contas, na data em que ele foi elaborado. O ideal, para determinar a liquidez imediata, com mais acerto, é extrair-se os saldos médios mensais da contas caixa e bancos, durante o exercício financeiro que se está analisando, pois, alguns fatores eventuais podem interferir no saldo do balanço. Por exemplo: no último dia do exercício social a cooperativa recebe uma quantia vultosa de recursos, em espécie, e só tem condições de depositá-la no dia seguinte. Este fato vai elevar o

saldo do caixa e, poderá tornar o índice de liquidez imediata fora do normal. De acordo com a pesquisa, este índice é representado pela relação a seguir.

$$LI = \frac{\text{Caixa} + \text{Bancos com movimento}}{\text{Passivo Circulante}}$$

#### 2.2.2.6 - Solvência (S)

A solvência é um índice que trata da situação financeira da cooperativa revelando se ela tem capacidade de pagamento de curto e longo prazos. Ela mostra se a organização apresenta condições de pagar, nas datas previstas, suas obrigações, com vencimentos até 360 dias (passivo circulante), bem como acima de 360 dias (exigível a longo prazo), utilizando-se dos recursos aplicados no giro e nas imobilizações (ativo total).

A solvência é apurada pela comparação entre os grupos patrimoniais (ativo circulante + realizável a longo prazo + permanente)/(passivo circulante + exigível a longo prazo). Dessa relação, resultará um quociente que irá determinar sua situação de solvência ou insolvência.

Em virtude da solvência envolver todo o acervo patrimonial da entidade, para satisfazer às dívidas totais, é comum, obter-se resultados elevados, com índices superiores a 2,00, 3,00, e, ao mesmo tempo, quocientes de liquidez inexpressivos ou, até indicando situação de iliquidez. Isso ocorre, geralmente, em função da existência de montantes elevados de recursos aplicados em imobilizações. Por essa razão, índices acima de 3,00; 4,00; 5,00..., nem sempre é um indicador de boa performance da empresa.

Entretanto, os operadores financeiros que realizam análise de inúmeras empresas, para renomadas revistas especializadas na área, consideram saudável um quociente de solvência no mínimo igual a 2,00. É o chamado índice técnico. A explicação sobre esse parâmetro é que, em caso de encerramento das atividades, ao realizar todo os seus ativos, a empresa sofre retração de valores, que pode reduzir o montante apurado pela contabilidade, em percentuais que chegam a 50%. Portanto, se o índice for igual ou, superior a 2,00, mesmo ocorrendo essa retração, ainda assim a organização estará solvente. De acordo com o estudo feito, a solvência é representada pela relação a seguir.

$$S = \frac{\textit{AtivoTotal}}{\textit{PassivoCirculante} + \textit{Exigível a Longo Pr azo}}$$

O resultado da solvência será considerado positivo quando o índice for igual ou superior à unidade. Caso contrário estará caracterizada uma situação de insolvência, onde a empresa mesmo utilizando todo seu Ativo, não terá condições de cumprir suas obrigações junto a terceiros, além do fato de já ter perdido todo o seu Capital Social.

Na variável liquidez geral, foi apresentada a conceituação dos grupos patrimoniais do ativo circulante, do realizável a longo prazo, do passivo circulante e do exigível a longo prazo, de acordo com Franco (1992). Com relação ao ativo permanente, pode-se dizer que é formado de três sub-grupos: investimentos, imobilizado e diferido. Os investimentos representando a participação societária da cooperativa em outras sociedades. O imobilizado constituído pelos bens tangíveis (móveis e imóveis) e intangíveis (marcas, patentes e invenções). O diferido formado

pelos gastos pré-operacionais e de instalação da empresa, ou, de algum setor novo e ser absorvido pelos resultados operacionais futuros.

Cabe salientar que, para efeito de análise financeira, o grupo do diferido deve ser excluído do ativo, haja vista a sua composição, a qual como já foi dito é formada por despesas incorridas em determinado período e diferidas para serem absorvidas em períodos futuros, mediante amortização.

#### 2.2.2.7 Garantia de capitais de terceiros pelos recursos próprios (GCT)

O índice de garantia de capitais de terceiros pelos recursos próprios mede a relação entre os recursos próprios e os de terceiros de uma organização. É um índice que interessa aos credores das cooperativas, uma vez que os cooperados, na qualidade de usuários-proprietário, respondem pelas dívidas da empresas, em caso de liquidação, até o montante do capital social subscrito de cada um.

Esse quociente é, também, uma outra forma de demonstrar a dependência de recursos de terceiros, principalmente, se por vários anos, o resultado dessa relação apresentar-se inferior a unidade, (1,0) constituindo-se em risco não só para a empresa, pois pode representar uma situação de difícil solvência, como para os credores, pois reduzidas são suas garantias.

A garantia de capitais é determinada pela divisão entre os grupos patrimoniais (patrimônio líquido)/(passivo circulante + exigível a longo prazo). Dessa relação, obtém-se um quociente que, irá determinar o nível de garantia oferecida pelo patrimônio líquido, para cobertura das obrigações junto a terceiros de curto e longo



prazos. Para maior segurança, deve-se fazer uma análise da capacidade de crédito, para se verificar, com precisão, se existe folga para tomada de novos empréstimos.

É um dos coeficientes mais utilizados pelas instituições para medir a capacidade de crédito. Por isso, o ideal é que o mesmo seja igual ou superior a 1,00, indicando razoável grau de cobertura e existência de equilíbrio econômico, entre os Recursos próprios e os de terceiros. Ele é representado mediante a relação a seguir.

$$GCT = \frac{\textit{Patrimônio Líquido}}{\textit{Passivo Circulante + Exigível a Longo Pr azo}}$$

Na variável liquidez geral, foi apresentada a conceituação dos grupos patrimoniais, passivo circulante e exigível a longo prazo, de acordo com Franco, (1992). Com relação ao patrimônio líquido, pode-se dizer que ele representa os recursos próprios da cooperativa, e é formado de três sub-grupos: capital social, reservas (legal, de capital, de reavaliação), fundos de assistência técnica educacional e social – FATES e sobras ou perdas do exercício.

O capital social representa o valor das quotas-parte de capital subscritas pelos associados da cooperativa.

A reserva legal é constituída por 10%, no mínimo, das sobras operacionais do exercício. Destina-se à reparação das perdas no exercício seguinte.

A reserva de capital criada para o registro das atualizações monetárias da conta capital, até que se decida sobre o destino dessas.

A reserva de reavaliação destina-se ao registro das reavaliações dos bens do imobilizado, decorrentes de laudo técnico.

O FATES, criado a partir de 5% das sobras líquidas operacionais do exercício, além dos resultados positivos obtidos em operações com terceiros. Como o próprio nome indica, esse fundo destina-se a atender as necessidades de assistência nas áreas técnicas, educacionais e sociais dos associados da cooperativa.

As sobras ou perdas do exercício constituem -se no resultado líquido apurado nas atividades operacionais da organização.

#### 2.2.2.8 Grau de endividamento (End)

A Análise do Grau de Endividamento é um índice que demonstra o volume de recursos de terceiros de curto e longo prazos, que está sendo utilizado para financiar os ativos da empresa, realizáveis e imobilizados. Revela, também, o nível de dependência econômica da organização, em relação aos recursos obtidos junto a não cooperados. Por isso o ideal é que esse índice não seja superior a 0,50. Caso contrário estará demonstrando a existência de um volume de recursos de terceiros superior aos recursos próprios, o que não é saudável para a empresa.

O grau de endividamento é obtido pelo confronto entre os grupos patrimoniais  $(\text{passivo circulante} + \text{exigível a longo prazo}) / (\text{ativo circulante} + \text{realizável a longo prazo} + \text{permanente})$ . Dessa relação resulta um quociente que, vai indicar o volume de dívidas da cooperativa junto a terceiros.

É necessário verificar a composição das dívidas da entidade, do ponto de vista dos vencimentos. Se for constatado um montante expressivo de obrigações vencíveis até 360 dias, a cooperativa, poderá ter dificuldades de realizar seus ativos

em curto prazo, para quitar suas obrigações. Se houver uma concentração significativa das dívidas vencíveis com mais de 360 dias, a empresa terá mais tempo para planejar suas atividades. Ele é representado pela relação a seguir.

$$EnD = \frac{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Exigível a Longo Prazo}}{\textit{Ativo Total}}$$

O estudo do grau de endividamento é de expressiva relevância na análise financeira, pois, permite verificar se o nível de endividamento a empresa pode levá-la a uma situação de insolvência, posto que organizações insolventes, geralmente são muito endividadas. Deve-se, também, analisar a capacidade de endividamento da empresa através de sua capacidade de gerar recursos para amortizar suas dívidas, aplicação adequada dos recursos de terceiros, visando melhorar seu grau de liquidez e, por fim sua capacidade de renovação das dívidas, o que pode ser importante para a continuidade da organização.

#### 2.2.2.9 - Fator de insolvência (FI)

O fator de insolvência é uma combinação de vários índices, que tem por objetivo verificar as possibilidades de uma empresa tornar-se insolvente a curto, médio, ou longo prazos. É, portanto, um indicador de tendências. Ele é determinado pela conjugação dos índices de liquidez, endividamento e rentabilidade, os quais após serem ponderados, de acordo com os pesos estabelecidos para cada componente, são somados algebricamente, obtendo-se um resultado que irá configurar três situações: área de solvência; área de penumbra; área de insolvência.

Esse índice foi idealizado por Kanitz<sup>19</sup>, publicado em revista especializada. Ele é obtido através da seguinte combinação:

$$a = \frac{\text{Sobra ou Perda}}{\text{Patrimônio Líquido} \times 0,05}$$

b) *Liquidez Geral* x 1,65

c) *Liquidez Seca* x 3,55

d) *Liquidez Corrente* x 1,06

e) *Endividamento Geral* x 0,33

$$FI = a + b + c + d + e$$

O fator de insolvência é obtido pela soma algébrica dos índices de liquidez, endividamento e rentabilidade, os quais após serem ponderados, de acordo com os pesos estabelecidos para cada componente. Do resultado obtido surgem três situações: área de solvência, área de penumbra e área de insolvência.

Kanitz, citado por Braga (1999, p.160), conceitua as áreas mencionadas, da seguinte forma: 1) área de solvência – empresa com fator de insolvência maior que zero. Externa menor possibilidade de insolvência; 2) área de penumbra – empresa que tem um fator entre zero e -3, apresenta maior probabilidade de insolvência do que a anterior, exigindo cuidados especiais da administração; 3) área de insolvência empresa com fator menor que -3, sinalizando maiores possibilidades de insolvência, as quais aumentam à medida que o fator diminui.

---

<sup>19</sup> Stephen Charles Kanitz, contador e professor do Departamento de Contabilidade e Atuaria da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. De acordo com Iudicibus (1995 p.131), o fator de Insolvência foi publicado num artigo da Revista Exame, sob o título “ Como Prever Falência das Empresas”, em dezembro de 1974.

Considera-se como em boa situação financeira, a instituição que apresenta um fator maior que zero, portanto, classificada na área de solvência. Por outro lado, a média brasileira<sup>20</sup> encontrada por Kanitz é de 3,5. Assim, deve ser considerado como parâmetro, para efeito de previsão de insolvência um fator maior que zero.

Deve-se salientar que os indicadores apresentados foram determinados para empresas mercantis em geral. No caso das cooperativas, é mister que sejam determinados os indicadores padrões para as mesmas, haja vista as peculiaridades inerentes a este tipo de atividade, tanto do ponto vista econômico quanto social.

---

<sup>20</sup> De acordo com Braga (1999 p.161), o fator de insolvência médio brasileiro foi objeto de pesquisa feita por Kanitz, nos anos de 1979 e 1980, envolvendo 31 setores de atividades.

### **3 METODOLOGIA**

Este Capítulo tem como objetivo mostrar como foi realizado o presente trabalho. Nele está indicado quais os elementos utilizados, na pesquisa, bem como as fontes de onde foram obtidas as informações necessárias ao trabalho. O Capítulo está constituído de cinco seções: 1) Área de estudo; 2) Fonte dos Dados; 3) Amostra; 4) Procedimentos e 5) Modelo Analítico. A seguir constam comentários sobre cada seção.

#### **3.1. ÁREA DE ESTUDO**

Este estudo envolve as cooperativas agropecuárias localizadas no Estado da Bahia, registradas na Organização das Cooperativas do Estado da Bahia - OCEB

#### **3.2 FONTE DOS DADOS**

Os dados obtidos foram coletados, principalmente, nos demonstrativos contábeis fornecidos pelas cooperativas, que se constituíram na amostra. Complementarmente, foram obtidas informações de fontes secundárias, extraídas da

pesquisas bibliográficas, feitas em diversas obras publicadas sobre o assunto, além de outras informações colhidas junto aos dirigentes das cooperativas.

### 3.3 AMOSTRA

O universo amostral é constituído de cooperativas agropecuárias, vinculadas à Organização das Cooperativas do Estado da Bahia – OCEB. A amostra deste estudo é composta por 36 cooperativas agropecuárias, contabilmente regulares, as quais enviaram seus demonstrativos contábeis, referentes ao exercício de 2001, para serem analisados.

Das correspondências postadas, dirigidas às cooperativas indicadas pela OCEB, somente 40 cooperativas responderam positivamente, e, encaminharam as peças contábeis solicitadas. Dessas 40 entidades, somente 36 se enquadram no escopo do trabalho, posto que foram desconsiderados 3 demonstrativos, por serem do exercício de 2002 e 1 por não se prestar para análise, por estar incompleto.

### 3.4 PROCEDIMENTOS

Estatisticamente foram utilizadas medidas de tendência central (médias, desvio padrão) Complementarmente, foi utilizado, também, “escore z”. Foi realizada a análise tabular utilizando processo descritivo, bem como outras que se fizeram necessárias, com o objetivo de estabelecer-se uma classificação do desempenho alcançado por cooperativa, no conjunto analisado.

### 3.5 MODELO ANALÍTICO

Conforme Figura 01, o modelo analítico do presente trabalho apóia-se nas seguintes variáveis: 1) Liquidez (geral, corrente, seca e imediata); 2) Solvência; 3) Garantia de Capitais; 4) Endividamento e 5) Fator de Insolvência. Elas visam decodificar a realidade, identificando índice médio por categoria de cooperativa e geral. Cada variável é constituída por um conjunto de indicadores, os quais encontram-se relacionados na Figura 01.

Os procedimentos técnicos para calcular as variáveis estão respaldados nos trabalhos de Franco e de Kanitz, conforme apresentado no Quadro Teórico de Referência, onde consta uma descrição sumária de cada variável.



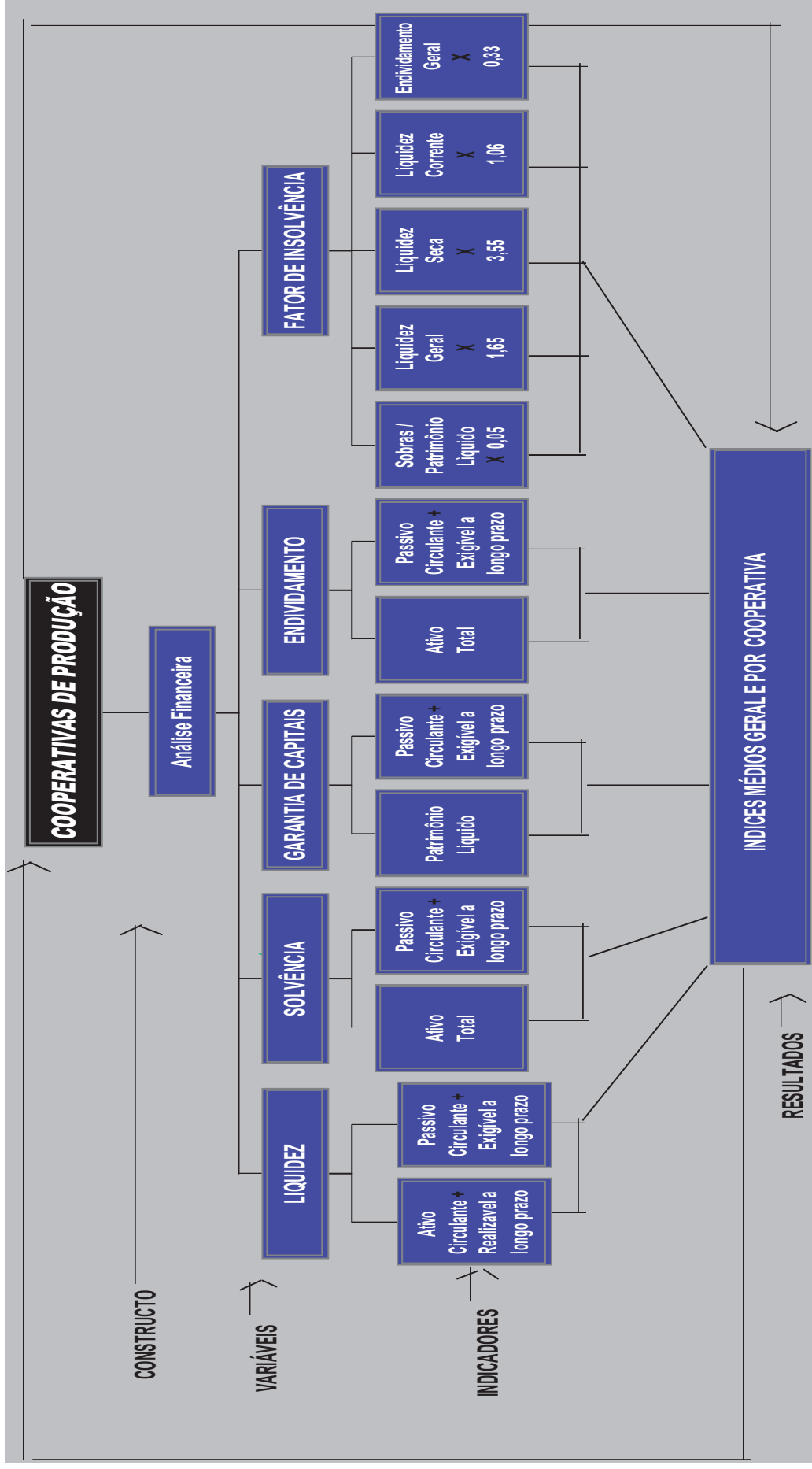


Figura 1 – Mapa Analítico

### 3.6 LIMITAÇÕES E DIFICULDADES

Foram muitos os problemas enfrentados durante o desenvolvimento do trabalho. Um deles foi a falta de informações corretas fornecidas pela OCEB. Os cadastros das cooperativas estavam desatualizados, limitando a coleta de dados precisos sobre essas instituições. Observou-se, também, que não existe um trabalho de acompanhamento eficiente por parte do órgão responsável pelo cooperativismo na Bahia.

Segundo informações prestadas por funcionários da OCEB, responsáveis pelas cooperativas, durante alguns anos, o órgão não vem recebendo os relatórios de gestão das suas filiadas, inclusive, no exercício de 2001. Isto, de acordo com a OCEB, tem dificultado e até mesmo impedido a elaboração de relatórios, sobre a situação geral das cooperativas agropecuárias do Estado da Bahia, e que permitam um melhor conhecimento do funcionamento dessas entidades, bem como o desenvolvimento de programas de apoio ou de assessoria técnica, ou, até mesmo, para fins de atualização cadastral.

Outro problema surgido foi a falta de conscientização de alguns dirigentes de cooperativas, criando dificuldades para encaminhar os demonstrativos contábeis, por entenderem que não deviam fornecer informações sobre os resultados alcançados no exercício em questão, demonstrando uma falta de conhecimento de que o trabalho cooperativo, bem como os seus resultados, devem ser transparentes, e, por isso mesmo tornados públicos, para que todos saibam o que foi feito durante a gestão dos responsáveis pela administração da instituição.

Além desses problemas, verificou-se, ainda, que várias cooperativas não responderam às solicitações feitas, devido aos seguintes problemas: Cooperativas

com endereço e nº de telefone errados no cadastro da OCEB; organizações que não existem mais há alguns anos; entidades que não funcionaram em 2001; instituições que funcionaram, mas não levantaram as demonstrações contábeis em 2001 e outras que se comprometeram de mandar os balanços, mas não o fizeram até o encerramento do trabalho.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Este Capítulo tem como proposta, analisar e discutir os resultados da investigação empírico-teórica, relativa às cooperativas agropecuárias do Estado da Bahia, onde se busca conhecer índices médios que indicam a condição financeira dessas instituições, sob vários aspectos: capacidade de pagamento das suas obrigações nos prazos, endividamento do patrimônio, garantia oferecida para obrigações atuais e futuras, previsão de insolvência <sup>21</sup>. Ele está constituído de sete seções: 1) Caracterização Da Amostra; 2) Liquidez; 3) Solvência; 4) Garantia De Capitais; 5) Grau De Endividamento; 6) Fator De Insolvência e 7) Desempenho Geral. A seguir constam comentários sobre cada seção.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A amostra abrange cooperativas dos mais diversos ramos da atividade agropecuária como: cacau, café, soja, leite, carne, pesca, agrupadas de acordo com a Tabela 4. Ela, também, é constituída por 36 cooperativas agropecuárias do Estado da Bahia, as quais representam 27 municípios distribuídos conforme Tabela 5.

---

<sup>21</sup> Os índices médios encontrados nos cálculos dos indicadores, do conjunto das cooperativas, se constituirão em referência ou parâmetros, para análises do comportamento ou desempenho de cada empreendimento

Tabela 4 - Distribuição das Cooperativas Agropecuárias do Estado da Bahia por Ramo de Atividade. Posição 2001

Ramos de atividade	Quantidade	%
Produtos Agrícolas	11	31
Produtos Agropecuários	9	25
Leite e Derivados	9	25
Fruticultura	2	5
Carne e Derivados	2	5
Produtos Orgânicos	1	3
Peixe e derivados	1	3
Agroindústria	1	3
Total	36	100

Fonte: Dados da Pesquisa.

Caracterizada a amostra, a questão que surge, é saber como deve ser aferido o desempenho das cooperativas agropecuárias do Estado da Bahia. Trabalhos empíricos publicados por Franco e outros, apontam quocientes financeiros médios para empresas mercantis. Daí, a indagação que surge é a seguinte: qual o índice médio do conjunto dessas cooperativas, em cada uma das variáveis analisadas: liquidez geral, corrente, seca e imediata, solvência, garantia de capitais, grau de endividamento e fator de insolvência? Qual o índice satisfatório, que pode ser utilizado como parâmetro em análise, para cada instituição? As respostas estão sintetizadas na Tabela 6 e apresentadas nos itens a seguir.

Tabela 5 - Distribuição das Cooperativas Agropecuárias do Estado da Bahia por Municípios. Posição 2001

<b>Municípios</b>	<b>Cooperativas</b>
Alagoinhas	Cooperativa Mista Regional dos Produtores de Leite Resp. Ltda.
Baixa Grande	Cooperativa Mista Agropecuária de Baixa Grande Resp. Ltda.
Barreiras	Cooperativa Agropecuária do Oeste da Bahia. Cooperativa dos Fruticultores do Oeste da Bahia Ltda.
Camamu	Cooperativa Dos Produtores Rurais de Camamu.
Cruz das Almas	Cooperativa Agroindustrial do Recôncavo da Bahia Ltda.
Feira de Santana	Cooperativa Central de Laticínios da Bahia Resp. Ltda. Cooperativa Pecuária de Feira de Santana Ltda.
Guanambi	Cooperativa Agropecuária de Guanambi Resp. Ltda.
Ilhéus	Cooperativa dos Produtores Orgânicos do Sul da Bahia Ltda.
Inhambupe	Cooperativa Agropecuária Mista da Região de Alagoinhas Ltda.
Ipiaú	Cooperativa dos Cacaucultores de Ipiaú Ltda.
Ipirá	Cooperativa Mista Agropecuária de Ipirá Resp. Ltda.
Itabuna	Cooperativa Gapiuna de Agropecuaristas Ltda.
Itapetinga	Cooperativa Mista do Médio Rio Pardo Ltda.
Ituberá	Cooperativa Agropecuária Baixo Sul da Bahia Ltda. Cooperativa dos Agricultores de Ituberá e Baixo Sul Ltda. Cooperativa Agrícola vale da Juliana Ltda.
Juazeiro	Cooperativa Agrícola Juazeiro da Bahia Resp. Ltda. Cooperativa Agrícola Mista Perímetro Irrigação Tourão. Cooperativa Mista do Vale do São Francisco. Cooperativa Agrícola Mista Perímetro de Curaçá. Cooperativa Agrícola Perímetro Irrigado de Mandacaru Resp. Ltda.
Marcionílio Souza	Cooperativa dos Produtores de Leite do Médio Paraguaçu.
Nova Fátima	Cooperativa Agroindustrial de Nova Fátima
Paulo Afonso	Cooperativa Mista Agropecuária dos Produtores de Paulo Afonso.
Pintadas	Cooperativa Agroindustrial Pintadas Ltda.
Porto Seguro	Cooperativa Mista dos Pescadores do Sul da Bahia.
Ribeira do Pombal	Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região de Ribeira do Pombal.
Salvador	Cooperativa Mista dos Fornecedores de Cana da Bahia Resp. Ltda.
Sento Sé	Cooperativa Agropecuária Mista dos Produtores do Projeto Irrigado Itaperá Ltda.
Teodoro Sampaio	Cooperativa Agropecuária vale do Camorogy Resp. Ltda.
Uma	Cooperativa do Produtores Rurais de Uma Ltda.
Valença	Cooperativa Mista Agropecuária do Sul da Bahia resp. Ltda.
Vitória da Conquista	Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense Ltda. Cooperativa dos Produtores de Leite de Vitória da Conquista.

Fonte: Dados da Pesquisa.



## 4.2 LIQUIDEZ

A presente seção versa sobre liquidez geral, liquidez, corrente, liquidez seca e liquidez Imediata, cujos comentários estão nas páginas que seguem.

### 4.2.1 Liquidez Geral

A liquidez geral é representada pela seguinte fórmula:

$$LG = \frac{\textit{Ativo Circulante} + \textit{Realizável a Longo Prazo}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Exigível a Prazo}}$$

Franco (1992), considera como em boa situação financeira, aquelas instituições que apresentam índices de liquidez corrente entre 1,10 a 1,30 o que significa, em termos de análise contábil, que para cada R\$ 1,00 de dívidas da empresa junto a terceiros, ela dispõe de R\$ 1,10 a R\$ 1,30 em recursos disponíveis e/ou realizáveis a curto e longo prazos. Saliente-se, que estes índices devem ser considerados como parâmetro, para efeito de análise da performance financeira da empresa mercantil, em termos de liquidez.

Conforme a Tabela 6, os índices de liquidez geral das organizações analisadas situam-se entre 0,41 e 1,68, tendo como Índice médio 0,93. A Cooperativa Agropecuária Do Oeste Da Bahia – COPROESTE, com um quociente de 1,68, foi a que apresentou melhor performance, em termos de liquidez geral, face aos índices obtidos para o setor. Por outro lado a Cooperativa dos Produtores de



Leite de Vitória da Conquista Ltda - COPERLEITE, com um índice de 0,41, revelou a menor performance.

Os resultados positivos alcançados pela COPROESTE devem-se, provavelmente, aos seguintes fatores: 1) expressivo volume de receitas operacionais com soja, em montante superior a R\$ 19 milhões em 2001; 2) recursos próprios, representando mais de 40% dos recursos totais e aproximadamente, 17% das receitas operacionais; 3) baixo grau de imobilização de capital, representando cerca de 5% do ativo; 4) existência de capital de giro próprio em nível satisfatório, decorrente da presença de recursos próprios no giro da cooperativa, que lhe garante, também, boa capacidade de crédito.

Quanto ao resultado insuficiente apresentado pela COPERLEITE, provavelmente, foi decorrente dos aspectos a seguir: 1) da necessidade de utilização de recursos de terceiros, em volume significativo; 2) elevado grau de imobilização de recursos, representando mais de 80% do ativo; 3) inexistência de capital de giro próprio e conseqüente aplicação de recursos oriundos de terceiros em imobilizações, eliminando sua capacidade de crédito.

Saliente-se, que do total das cooperativas que compõem a amostra utilizada neste trabalho, para efeito de determinação do índice de liquidez geral médio do conjunto, foram desconsideradas algumas cooperativas que apresentaram resultados individuais<sup>22</sup>, inferiores a 0,40 e superiores a 2,00, para evitar distorções, na determinação da média, uma vez que mais de 66% dos resultados apurados, situam-se entre 0,41 e 2,00.

---

<sup>22</sup> Algumas cooperativas que apresentaram resultados individuais discrepantes do conjunto, foram desconsideradas: em liquidez corrente, aquelas com índices inferiores a 0,41 e superiores a 2,00; em liquidez seca, aquelas com resultados inferiores a 0,41 e superiores a 2,00; em liquidez imediata, inferiores a 0,01 e superiores a 0,27; em solvência, inferiores a 1,01 e superiores a 3,00; em garantia de capitais, inferiores a 0,40 e superiores a 1,00; em grau de endividamento, inferiores a 0,30 e superiores a 0,89 e no fator de insolvência, inferiores a 0,60 e superiores a 6,00.

Pode-se constatar, também, que das cooperativas estudadas, sete apresentaram índices de liquidez geral iguais, ou, acima dos padrões indicados por Franco. Se forem analisados os resultados obtidos por estas, à luz dos índices médios encontrados para as empresas mercantis, já mencionados, ou seja, entre 1,10 e 1,30, pode-se dizer que elas estão em boa situação financeira. Quatro organizações indicaram resultados entre 1,00 e 1,10. Portanto, não apresentam a mesma performance das anteriores. Finalmente, 13 revelaram quocientes inferiores a 1,00, estando em situação de iliquidez. A média encontrada para o conjunto (0,93), também, caracteriza uma situação de iliquidez.

Conforme apresentado na Revisão de Literatura, as cooperativas são empreendimentos sem fins lucrativos, cuja finalidade básica é prestar serviços a seus associados, diferentemente da empresa mercantil, cujo objetivo final é o lucro por ação. No caso das cooperativas agropecuárias, elas são criadas pelos próprios participantes, para lhes permitir obter melhores preços na venda em comum de seus produtos, bem como adquirir insumos agropecuários a preços menores do que os praticados no comércio em geral, melhorando a renda de cada um.

Por outro lado, as cooperativas agropecuárias são constituídas por produtores, na maioria das vezes, de limitado poder aquisitivo, não tendo condições econômicas de investir montantes expressivos de recursos em seus negócios. Dessa forma, essas cooperativas possuem volumes de recursos próprios pouco expressivos, tendo que recorrer, constantemente, a recursos de terceiros, para manterem suas operações. Isso faz com que algumas apresentem baixo grau de liquidez, ou até uma situação de iliquidez.

Outras cooperativas, por serem constituídas de associados com melhor poder aquisitivo, e que investem montantes expressivos em seus negócios, possuem um

volume de capital próprio, que lhes permite trabalhar utilizando-se de um volume irrisório de recursos de terceiros, ou, até mesmo sem fazer uso destes. Dessa forma, revelam graus de liquidez melhores, geralmente superiores a 1,00 e, até mesmo ultrapassando a 2,00.

Portanto, tratando-se de cooperativas, com peculiaridades sócio-econômicas, que diferem das empresas mercantis, a interpretação dos resultados alcançados deve levar em consideração, além dos aspectos econômico-financeiros, inerentes a qualquer empreendimento, as questões sociais da cooperativa, notadamente, no que diz respeito á gestão dos negócios, pois, como já foi dito, anteriormente, esta é feita, geralmente, pelos próprios associados, ao que alguns doutrinadores chamam de autogestão.

Na opinião de várias autoridades no campo contábil como Franco (1992), Braga (1999) e Marion (2001), com as quais concorda o autor deste trabalho, a análise das demonstrações financeiras, de qualquer empreendimento, por ser de natureza comparativa, deve levar em consideração, não só os índices obtidos, individualmente, mas, também, aqueles encontrados por outras organizações de mesmo ramo de atividade, para que se possa ter resultados mais coerentes, bem como aferir quem alcançou melhor desempenho.

No caso do presente trabalho, o índice de liquidez geral, que poderá ser utilizado como parâmetro de análise para as cooperativas agropecuárias do Estado da Bahia, é o índice médio obtido do conjunto de cooperativas analisadas<sup>23</sup> (0,93).

---

<sup>23</sup> Para efeito desta investigação, os índices financeiros, que poderão ser utilizados como parâmetro de análise para as cooperativas agropecuárias do Estado da Bahia, são os índices médios obtidos do conjunto de cooperativas analisadas, em cada variável a saber: liquidez corrente – 1,02; seca – 1,00; imediata – 0,10; solvência – 1,50; garantia de capitais – 0,96; grau de endividamento – 0,65 e o fator de insolvência – 2,81.

Esta média, embora revele uma situação de iliquidez, <sup>24</sup> poderá servir como base, para efeito de avaliação do desempenho financeiro de cada instituição, em relação ao conjunto.

#### 4.2.2 Liquidez corrente

A liquidez corrente é apresentada pela seguinte fórmula:

$$LC = \frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

Para Franco (1992), está em boa situação financeira, a instituição mercantil que apresenta um índice de liquidez corrente situado entre 1,30 a 1,50. Isto quer dizer que, para cada R\$ 1,00 de obrigações empresa junto a terceiros, ela possui de R\$ 1,30 a R\$ 1,50 em recursos disponíveis e/ou realizáveis a curto prazo.

A investigação que focou as cooperativas agropecuárias do Estado da Bahia, mostrou, que de acordo com a Tabela 6, os índices de liquidez corrente, localizam-se entre 0,41 e 1,70 tendo como índice médio 1,02. Essa média indica uma situação de liquidez para o conjunto. Por outro lado, a Cooperativa Agrícola Mista do Perímetro de Curaçá - CAMPIC, com um quociente de 1,70, foi a que apresentou melhor performance, em termos de liquidez corrente, face aos índices obtidos para o setor. Por outro lado a Cooperativa dos Produtores de Leite de Vitória da Conquista Ltda - COPERLEITE, com um índice de 0,41, revelou menor desempenho.

---

<sup>24</sup> A situação de Iliquidez das cooperativas agropecuárias do Estado da Bahia, objeto de análise neste trabalho, é resultante dos recursos de longo prazo inseridos na fórmula, os quais estão aplicados em maior volume no giro..

Os resultados satisfatórios alcançados pela CAMPIC devem-se, provavelmente, aos seguintes aspectos: 1) recursos em mãos dos associados, com vencimentos de até 360 dias, em volume superior a aqueles tomados junto a terceiros, nos mesmos prazos; 2) imobilização de capital inexpressiva, representando cerca de 1% do ativo; 3) Existência de capital de giro próprio em nível satisfatório, decorrente da presença de recursos próprios no giro da cooperativa, que lhe garante, também, boa capacidade de crédito, sobretudo a curto prazo.

Quanto ao resultado apresentado pela COPERLEITE, há de considerar-se que o capital de giro da sociedade é constituído, integralmente, de recursos a curto prazo . Assim, os motivos para sua performance, provavelmente, são os mesmos já expostos para a liquidez geral.

Ainda de acordo com a Tabela 6, cinco das cooperativas analisadas apresentam índices iguais, ou, acima dos padrões indicados por Franco (1,30 a 1,50). Se, essas cooperativas forem analisadas com base nos mencionados padrões, pode-se dizer que elas estão em boa situação financeira. Quanto as demais cooperativas, sete indicam índices entre 1,00 e 1,30, portanto, inferiores aos referidos padrões. Por fim, 11 organizações têm quocientes inferiores a 1,00, revelando uma situação de iliquidez.

### 4.2.3 Liquidez seca

A sua representação é feita pela relação a seguir.

$$LS = \frac{\textit{Ativo Circulante} - \textit{Estoques}}{\textit{Passivo Circulante}}$$

Franco (1992), advoga como em boa situação financeira, a instituição que apresenta um índice de liquidez seca entre 1,00 a 1,40. Do ponto de vista contábil, isto indica que, para cada R\$ 1,00 de valores a pagar junto a terceiros, a curto prazo a empresa tem disponível de R\$ 1,00 a R\$ 1,40 para cobertura. Este intervalo deve servir como referência, para efeito de exame da situação financeira da empresa mercantil, em termos de liquidez seca.

Os dados da Tabela 6 apontam que os índices de liquidez seca das cooperativas agropecuárias da Bahia, situam-se entre 0,41 e 1,74 e que o índice médio é 1,00. A Cooperativa Mista do Médio Rio Pardo Resp. Ltda – COOPARDO, com um quociente de 1,74, foi a que apresentou melhor resultado, em termos de liquidez seca, em relação aos índices obtidos para o setor. A Cooperativa dos Produtores de Leite de Vitória da Conquista Ltda - COPERLEITE, com um índice de 0,41, foi a que obteve menor nível.

Com relação aos resultados alcançados pela COOPARDO deve-se, possivelmente, aos seguintes fatores: 1) recursos próprios, representando mais de 90% dos recursos totais; 3) Existência de capital de giro próprio em nível satisfatório, decorrente da presença de recursos próprios no giro da cooperativa, que lhe propicia, também, boa capacidade de crédito a curto prazo. Quanto ao desempenho

apresentado COPERLEITE, os motivos para sua performance, provavelmente, são os mesmos já expostos para a liquidez corrente.

A Tabela 6 indica, que das cooperativas analisadas, 10 apresentam índices iguais, ou, acima dos padrões indicados por Franco (1,00 a 1,40). Se forem interpretados a partir destes padrões, pode-se afirmar que elas estão em boa situação financeira. As demais indicam índices inferiores a 1,00, caracterizando uma situação de iliquidez. A média alcançada pelo conjunto (1,00), revela uma posição de liquidez.

#### 4.2.4 Liquidez imediata

De acordo com a pesquisa, este índice é representado pela relação a seguir.

$$LI = \frac{\text{Caixa} + \text{Bancos com movimento}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Franco (1992), entende como em situação de liquidez imediata, satisfatória, a instituição que apresenta um quociente situado entre 0,05 a 0,25 o que implica em dizer, que para cada R\$ 1,00 de débitos da empresa junto a terceiros, vencíveis até 360 dias, ela dispõe de R\$ 0,05 a R\$ 0,25 em recursos disponíveis para amortizá-los. Estes indicadores são tomados como base, para fins de análise da liquidez imediata das sociedades mercantis.

Os elementos constantes da Tabela 6 trazem respostas para essas questões. Eles demonstram que os quocientes de liquidez imediata, das cooperativas agropecuárias do Estado da Bahia, analisadas, situam-se entre 0,01 e 0,27 e o

índice médio do conjunto 0,10. A Cooperativa Mista Agropecuária De Baixa Grande Ltda - COOMAB, com um quociente de 0,01, foi a que apresentou melhor comportamento, do ponto de vista da liquidez imediata. Por outro lado a Cooperativa Agrícola Mista de Produtores do projeto Irrigado Itaperá Ltda - COAMPI, com um índice de 0,27, apresentou desempenho inferior às demais instituições analisadas .

Os resultados obtidos pela COOMAB, podem ter sido favorecidos pelos aspectos a seguir: 1) melhor ajustamento da política financeira da empresa às suas necessidades imediatas; 2) política mais rígida em relação ao disponível. Quanto ao resultado apresentado pela COAMPI foi decorrente, provavelmente, dos aspectos a seguir: 1) da necessidade de utilização de expressivo volume de recursos em disponibilidades imediatas para pagamentos de curto prazo; 2) gerenciamento dos recursos disponíveis inadequado, com ausência de um planejamento adequado da área.

Verificando-se a Tabela 6, constata-se, que das cooperativas examinadas, 10 têm índices de liquidez imediata dentro dos padrões indicados por Franco (0,05 a 0,25), para empresas mercantis. Se essas cooperativas tiverem seus resultados comparados com os padrões de Franco, podendo-se afirmar que elas estão em boa situação financeira, se analisadas com base nos parâmetros citados. Enquanto isso, 11 cooperativas mostram resultados que vão de 0,01 a 0,04. Essas 11 unidades, embora detenham quocientes fora dos padrões de Franco, também, podem ser consideradas em situação financeira satisfatória, tendo em vista que, quanto menor for esse quociente, melhor será o desempenho da instituição em termos de liquidez imediata. Finalmente, uma organização apresentou resultado igual a 0,27, estando fora dos padrões de Franco e da média.



### 4.3 SOLVÊNCIA

De acordo com o estudo feito, a solvência é representada pela relação a seguir.

$$S = \frac{\textit{AtivoTotal}}{\textit{PassivoCirculante} + \textit{Exigível a Longo Pr azo}}$$

Segundo Franco (1992), uma empresa estará solvente quando o seu quociente for igual ou, superior a 1,00. Isto implica em dizer que, para cada R\$ 1,00 de dívidas junto a terceiros, ela dispõe de R\$ 1,00 em recursos patrimoniais. Esta é, inclusive, uma previsão legal brasileira<sup>25</sup>. Por essa razão este índice deve ser considerado como base legal para verificação da situação da sociedade, sob o ponto de vista da solvência, pois, caso ele seja inferior á 1,00, a empresa estará insolvente.

A presente pesquisa revela que de acordo com a Tabela 6, os resultados de solvência obtidos pelas organizações analisadas, vão de 1,01 a 2,61 tendo como índice médio 1,50. Essa média revela uma posição de solvência para todo o conjunto. Em termos individuais, a Cooperativa Agrícola Mista Perímetro de Irrigação Tourão - COAMPIT, com um quociente de 2,61, foi a que apresentou melhor posição, em termos de solvência. Por outro lado, a Cooperativa dos Fruticultores do Oeste da Bahia Ltda - COFRUTOESTE, com um índice de 1,01, externou o mais fraco desempenho, em relação as demais entidades analisadas, embora, ainda, esteja solvente.

---

<sup>25</sup> Dec. Lei 7.661/45

Os resultados obtidos pela COAMPIT, certamente foram motivados pelos seguintes fatores: 1) inexpressivo volume de recursos de terceiros a curto prazo; 2) recursos próprios, representando mais de 60% dos recursos totais; 3) baixo grau de imobilização de capital, representando cerca de 7% do ativo; 4) existência de capital de giro próprio em nível satisfatório, que lhe garante, também, expressiva liquidez corrente e boa capacidade de crédito.

Quanto ao resultado apresentado pela COFRUTOESTE, considerado negativo, foi decorrente, provavelmente, dos aspectos a seguir: 1) a necessidade de utilização de recursos de terceiros, em volume significativa, notadamente a longo prazo, para aplicação em mais de 20% nas imobilizações, posto que seus recursos próprios foram insuficientes para tal. O patrimônio líquido representa cerca de 1% dos recursos totais da cooperativa; 2) elevado grau de imobilização de recursos, representando mais de 80% do ativo; 3) inexistência de capital de giro próprio e conseqüente aplicação de recursos oriundos de terceiros em imobilizações, comprometendo sua capacidade de crédito.

A Tabela 6 mostra, também, que das cooperativas analisadas, quatro apresentam índices acima de 2,00, portanto, dentro do padrão técnico. As 16 restantes estão dentro dos padrões indicados por Franco. Analisando-se os resultados das 20 cooperativas, frente aos índices médios encontrados para as empresas mercantis, já mencionados, ou seja, igual, ou acima de 1,00, pode-se dizer que todas estão em boa situação financeira, neste aspecto da solvência.

#### 4.4 GARANTIA DE CAPITAIS DE TERCEIROS PELOS RECURSOS PRÓPRIOS

Este índice é representado mediante a relação a seguir.

$$GCT = \frac{\textit{Patrimônio Líquido}}{\textit{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

Franco (1992), considera um grau satisfatório de garantia dos capitais de terceiros pelos recursos próprios, em uma empresa mercantil, quando o resultado obtido é igual ou superior a 1,00 o que significa, em termos de análise contábil, que para cada R\$ 1,00 de dívidas junto a terceiros, existe, no mínimo, R\$ 1,00 em recursos próprios. Esse resultado é referencial na análise do comportamento financeiro das organizações mercantis, em termos da garantia de capitais.

A Tabela 6 evidencia que os índices de garantia de capitais de terceiros pelos recursos próprios das cooperativas agropecuárias do Estado da Bahia, localizam-se entre 0,45 e 1,61 e que o índice médio do com junto é 0,96. A entidade que apresentou melhor resultado, em termos de garantia de capitais, face aos índices obtidos para o setor foi Cooperativa Agrícola Mista Perímetro de Irrigação Tourão - COAMPIT, com um quociente de 1,61, enquanto a Cooperativa Agrícola Juazeiro da Bahia Resp. Ltda - CAJ, com um índice de 0,45, revelou menor desempenho.

O bom desempenho atingido pela COAMPIT em termos da garantia de capitais, pode ser creditado, provavelmente aos mesmos fatores expressos na análise da solvência. Contrapondo a situação privilegiada da COAMPIT, distingue-se a CAJ, posicionada em último lugar, com um índice que representa 50% do quociente estabelecido como padrão por Franco (1,00). Isso mostra a fragilidade

dessa cooperativa em termos das garantias oferecidas aos recursos de terceiros, pelo capital próprio, resultado que pode ter sido ensejado pelos aspectos a seguir: 1) da necessidade de utilização de recursos de terceiros, em volume significativo, notadamente a curto prazo, para aplicação integral no giro, especialmente, em valores a receber de associados e clientes, posto que seus recursos próprios, embora representem, aproximadamente, 30% dos recursos totais da cooperativa, foram suficientes para cobertura total do ativo permanente, restando, ainda, uma parte, para aplicação no giro.

Constata-se, também, na Tabela 6, que das cooperativas pesquisadas, cinco apresentam índices de acordo com os padrões indicados por Franco (1,00). Interpretando-se os resultados dessas cinco unidades com base nos padrões citados, conclui-se que elas estão em boa situação financeira, quanto ao aspecto garantia de capitais, com possibilidades de contrair novas obrigações junto a terceiros, oferecendo como garantia os próprios bens.

Por outro lado, existem, também, cinco cooperativas revelando quocientes inferiores a 1,00, evidenciando o nível inexpressivo de cobertura dos recursos de terceiros pelo capital próprio. Portanto, apresentam desempenho insatisfatório neste particular, além de correrem o risco de se verem em dificuldades para tomar novos empréstimos junto a terceiros, a não ser mediante garantias pessoais da diretoria da cooperativa.

#### 4.5 GRAU DE ENDIVIDAMENTO

Este quociente é representado pela relação a seguir.

$$EnD = \frac{Passivo\ Circulante + Exigível\ a\ Longo\ Prazo}{Ativo\ Total}$$

Franco (1992), admite um grau de endividamento satisfatório, a instituição que apresenta um quociente situado entre 0,40 e 0,60. Isto significa, que para cada R\$ 1,00 de ativo real da empresa, R\$ 0,40 a R\$ 0,60, são financiados pelos recursos de terceiros. Esses quocientes podem ser utilizados como parâmetro, para efeito de análise do grau de endividamento da empresa mercantil.

A Tabela 6, mostra que os índices de endividamento geral das cooperativas baianas, objeto deste estudo, vão de 0,38 e 0,89, tendo como Índice médio 0,65. A Cooperativa Agrícola Mista Perímetro de Irrigação Tourão - COAMPIT, com um quociente de 0,38, foi a que apresentou melhor resultado em termos de endividamento, inclusive, superior à média encontrada por Franco ( 0,40 a 0,60). A Cooperativa Agrícola Mista Perímetro Curaçá- CAMPIC, com um índice de 0,89 situou-se no patamar mais baixo dos resultados das cooperativas em estudo.

A boa performance da COAMPIT no que concerne ao endividamento, decorre, provavelmente, de uma gestão equilibrada, cujos resultados poder ser motivados pelos mesmos elementos já declinados, na seção 4.2 (Solvência). O resultado apresentado pela CAMPIC, a coloca em situação desconfortável. Ele indica o alto grau de dependência da cooperativa em relação aos recursos de terceiros, tornando sua posição frágil, nesse aspecto.

Os dados da Tabela 6 mostram, também, que das cooperativas estudadas, sete apresentam índices compatíveis com os padrões indicados por Franco, para as

sociedades mercantis (040 a 060). Realizando-se um estudo dos resultados apurados por essas organizações, em comparação com esses padrões mercantis, pode-se aferir que elas indicam boas condições financeiras, do ponto de vista do endividamento.

Contudo, a Tabela 6 indica ainda, a existência de 10 cooperativas, revelando quocientes superiores aos padrões de Franco, alguns, inclusive, acima da média encontrada para o conjunto das entidades analisadas (0,65), confirmando a dependência econômica dessas cooperativas, em relação aos recursos de terceiros, podendo se constituir em óbice para execução dos seus objetivos operacionais, devido às dificuldades para a obtenção de novos recursos junto a terceiros, necessários ao empreendimento.

#### 4.6 FATOR DE INSOLVÊNCIA

Conforme já mencionado esse quociente, foi idealizado por Kanitz e é obtido através da seguinte combinação:

$$a = \frac{\textit{Sobra ou Perda}}{\textit{Patrimônio Líquido} \times 0,05}$$

$$b) \textit{Liquidez Geral} \times 1,65$$

$$c) \textit{Liquidez Seca} \times 3,55$$

$$d) \textit{Liquidez Corrente} \times 1,06$$

$$e) \textit{Endividamento Geral} \times 0,33$$

$$FI = a + b + c + d + e$$

Na visão de Franco (1992), uma empresa goza de boa situação financeira, quando apresenta um fator de insolvência maior que zero. Por outro lado, a média<sup>26</sup> brasileira encontrada por Kanitz é de 3,5. Assim, deve ser considerado como parâmetro, para efeito de previsão de insolvência um fator maior que zero, embora se preceitue que o ideal seja um índice igual, ou superior á média encontrada por Kanitz.

Os dados da Tabela 6, revelam que o fator de insolvência das cooperativas agropecuárias do Estado da Bahia situa-se entre 0,62 e 5,89 tendo como Índice médio 2,81. Isso significa dizer que todas essas instituições estão na área de solvência definida por Kanitz. A Cooperativa Dos Produtores de Leite do Médio Paraguaçu Ltda, com um quociente de 5,89, foi a que apresentou menor possibilidade de insolvência, em relação as demais organizações, enquanto a Cooperativa Agroindustrial de Pintadas Ltda - COOAP, com um índice de 0,41 foi a que revelou maiores probabilidades de tornar-se insolvente no futuro, embora, deva salientar que ela, ainda se encontra na área de solvência de Kanitz.

Os resultados positivos alcançados pela Cooperativa dos Produtores de Leite do Médio Paraguaçu Ltda, superior ao dobro da média obtida para o conjunto das cooperativas agropecuárias do Estado da Bahia e, aproximadamente, 13 vezes maior que a última colocada é conseqüência, provavelmente, dos seguintes fatores: 1) boa situação de liquidez, especialmente, seca; 2) baixo grau de endividamento. Quanto ao resultado da COOAP, foi motivado, provavelmente, pelos aspectos a seguir: 1) Situação de Ilíquidez da cooperativa, tanto geral, quanto corrente e seca.

---

<sup>26</sup> De acordo com Braga (1999 p.161), o fator de insolvência médio brasileiro foi objeto de pesquisa feita por Kanitz, nos anos de 1979 e 1980, envolvendo 31 setores de atividades.

Pode-se aferir, também, que todas as cooperativas analisadas, apresentam índices iguais, ou, acima dos padrões indicados por Franco (acima de zero). Se forem analisados os resultados obtidos por essas entidades, tomando-se como referência os padrões determinados para as empresas mercantis, já mencionados, pode-se dizer que elas estão em boa situação financeira, indicando menores possibilidades de insolvência.

#### 4.7 DESEMPENHO GERAL

Conforme consta na Tabela 6, a Instituição que apresentou o melhor desempenho, foi a Cooperativa Agropecuária do Oeste da Bahia – COPROESTE, obtendo resultados iguais ou superiores aos parâmetros técnicos em seis variáveis: liquidez (geral, corrente, seca, imediata); solvência e grau de endividamento.

Do ponto de vista das médias encontradas para o conjunto das cooperativas agropecuárias do Estado da Bahia, pode-se aferir que a COPROESTE revelou uma situação financeira superior às demais co-irmãs submetidas a análise, apresentando índices iguais ou superiores à média, nas mesmas variáveis citadas, com exceção da liquidez imediata.

Como se pode observar, a COPROESTE, demonstrou melhor performance financeira. Os resultados expressivos por ela alcançados decorrem, em grande parte, de sua pujança operacional, haja vista o montante de receitas movimentado com soja no ano de 2001, o qual ultrapassou a cifra de R\$ 19 milhões.

Saliente-se, que do total movimentado, aproximadamente, 17% corresponde a recursos próprios do empreendimento, fato esse que aumenta sua estabilidade



administrativa e operacional, pois lhe permite trabalhar com recursos a custo financeiro zero, podendo resultar em maiores incrementos para seus negócios.

Enfim, a COPROESTE é a unidade que se apresenta como a mais sólida cooperativa agropecuária do Estado da Bahia. Ela obteve escore 6,0 o que representa um índice de 75%, situando-se na categoria bom desempenho, figurando no momento (época da pesquisa), como paradigma das cooperativas agropecuárias no contexto estadual. Observa-se na Tabela 6 que a COPROESTE não atingiu referência padrão, em dois indicadores: garantia de capitais e fator de insolvência, Os dados indicam que os escores obtidos estão em patamares que não representam risco, situação que avaliza a boa performance e a indicação de cooperativa padrão.

A Tabela 6 mostra, também, mais duas cooperativas que tiveram escore 6,0 o que significa bom desempenho. São elas: a CAJ e a CAMPIC, ambas situadas no Vale do São Francisco, operando com pecuária e frutas. Apesar do escore, as duas apresentam situações financeiras idênticas, porém, abaixo dos níveis alcançados pela COPROESTE.

Os dados da investigação revelam, ainda, a existência de 13 cooperativas em situação desfavorável, com escore igual ou abaixo de 2,0. São unidades cujos índices são inferiores aos parâmetros técnicos. Isso implica em reconhecer, que essas instituições precisam reavaliar suas atividades, especialmente, o foco dos negócios, gestão, participação e outros fatores que interferem nos resultados contábeis e financeiros. Entre as unidades que necessitam de reavaliação, cabe destacar as seguintes cooperativas: COOGRAP, COPERUNA, Vale da Juliana, Agropecuária da Região de Ribeira do Pombal, Agropecuária Vale do Camorogy, todas com escore 1,0 e com quocientes abaixo da média do conjunto.

Considerando que 70,5% das entidades analisadas estão com escore entre 1,0 e 3,0, o que significa desempenho insatisfatório, por não atenderem aos parâmetros técnicos e situarem-se abaixo da média do conjunto, essas unidades estão na faixa de risco, principalmente, aquelas com escore 1,0 e 2,0, conforme pode ser observado na Tabela 8. As cooperativas que estão em situação regular, foram as que registraram escore 4,0 e representam 14,7% do conjunto. As unidades que se posicionaram com bom desempenho, isto é, com escore igual ou superior a 5, totalizam cinco e representam 14,8% do universo pesquisado, conforme Tabela 8.

Tabela 7 – Desempenho Geral das Cooperativas Agropecuárias do Estado da Bahia. Posição 2001

COOPERATIVAS		DESEMPENHO GERAL	MEDIA	DESVPAD	ESCORE Z
COOP. AGRICOLA JUAZEIRO DA BAHIA RESP.LTDA		6	2,83	1,56	2,03
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO OESTE DA BAHIA - COPROESTE		6	2,83	1,56	2,03
COOP. AGRIC.MISTA PERIMETRO DE CURAÇA-CAMPIC		6	2,83	1,56	2,03
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DE VIT. DA CONQUISTA		5	2,83	1,56	1,39
COOP. MISTA DO VALE DO SÃO FRANCISCO-COMVASF.		5	2,83	1,56	1,39
COOPERATIVA DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DO SUL DA BAHIA		4	2,83	1,56	0,75
COOP.MISTA DOS FORNECEDORES DE CANA DA BAHIA RESP.LTDA		4	2,83	1,56	0,75
COOPERATIVA CENTRAL DE LATICÍNIOS DA BAHIA RESP. LTDA		4	2,83	1,56	0,75
COOPERATIVA DOS FRUTICULTORES DO OESTE DA BAHIA LTDA		4	2,83	1,56	0,75
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DO MÉDIO PARAGUAÇU		4	2,83	1,56	0,75
COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DE BAIXA GRANDE RESP. LTDA		3	2,83	1,56	0,11
COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA DE IPIRÁ RESP LTDA		3	2,83	1,56	0,11
COOPERATIVA MISTA DOS PESCADORES DO SUL DA BAHIA		3	2,83	1,56	0,11
COOPERATIVA MISTA AGROPECUÁRIA CONQUISTENSE LTDA - COOPMAC		3	2,83	1,56	0,11
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE GUANAMBI RESP. LTDA		3	2,83	1,56	0,11
COOPERATIVA DOS AGRICULTORES DE ITUBERÁ E BAIXO SUL LTDA		3	2,83	1,56	0,11
COOPERATIVA AGR. MISTA PROD. IRRIG. ITAPERÁ LTDA		3	2,83	1,56	0,11
COOPERATIVA DOS CACAUCULTORES DE IPIAU LTDA		3	2,83	1,56	0,11
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL PINTADAS LTDA		3	2,83	1,56	0,11
COOP. AGRIC. MISTA PERÍMETRO IRRIGAÇÃO TOURÃO - COAMPIT		3	2,83	1,56	0,11
COOP. PEC. DE FEIRA DE SANTANA LTDA - COPERFEIRA.		3	2,83	1,56	0,11
COOPERATIVA AGRO INDUSTRIAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA LTDA		2	2,83	1,56	-0,53
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MISTA DA REGIÃO DE ALAGOINHAS LTDA		2	2,83	1,56	-0,53
COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS CAMAMU COOPROC-AM		2	2,83	1,56	-0,53
COOP. MISTA AGROPECUÁRIA DO SUL DA BAHIA RESP. LTDA		2	2,83	1,56	-0,53
COOP. MISTA REGIONAL DOS PRODUTORES DE LEITE RESP. LTDA		2	2,83	1,56	-0,53
COOP. MISTA DO MÉDIO RIO PARDO RESP. LTDA - COOPARDO.		2	2,83	1,56	-0,53
COOP. MISTA AGROP.DOS PRODUT. DE PAULO AFONSO-COOMAPA		2	2,83	1,56	-0,53
COOP. AGRIC DO PERÍMETRO IRRIG.DE MANDACARU RESP. LTDA -.		2	2,83	1,56	-0,53
COOPERATIVA GRAPIUNA DE AGROPECUARISTAS LTDA		1	2,83	1,56	-1,18
COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DE UNA LTDA		1	2,83	1,56	-1,18
COOP. AGRICOLA VALE JULIANA LTDA		1	2,83	1,56	-1,18
COOPERATIVA AGROP. VALE DO CAMOROGY RESP. LTDA		1	2,83	1,56	-1,18
COOP. AGROP. MISTA DOS PEQ. AGRIC. DA REG. DE RIBEIRA DO POMBAL		1	2,83	1,56	-1,18
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA BAIXO SUL DA BAHIA LTDA - COOPAB		0	2,83	1,56	-1,82
COOP. AGROINDUSTRIAL DE NOVA FÁTIMA - COOPERFÁTIMA.		0	2,83	1,56	-1,82

Fonte: Dados da Pesquisa

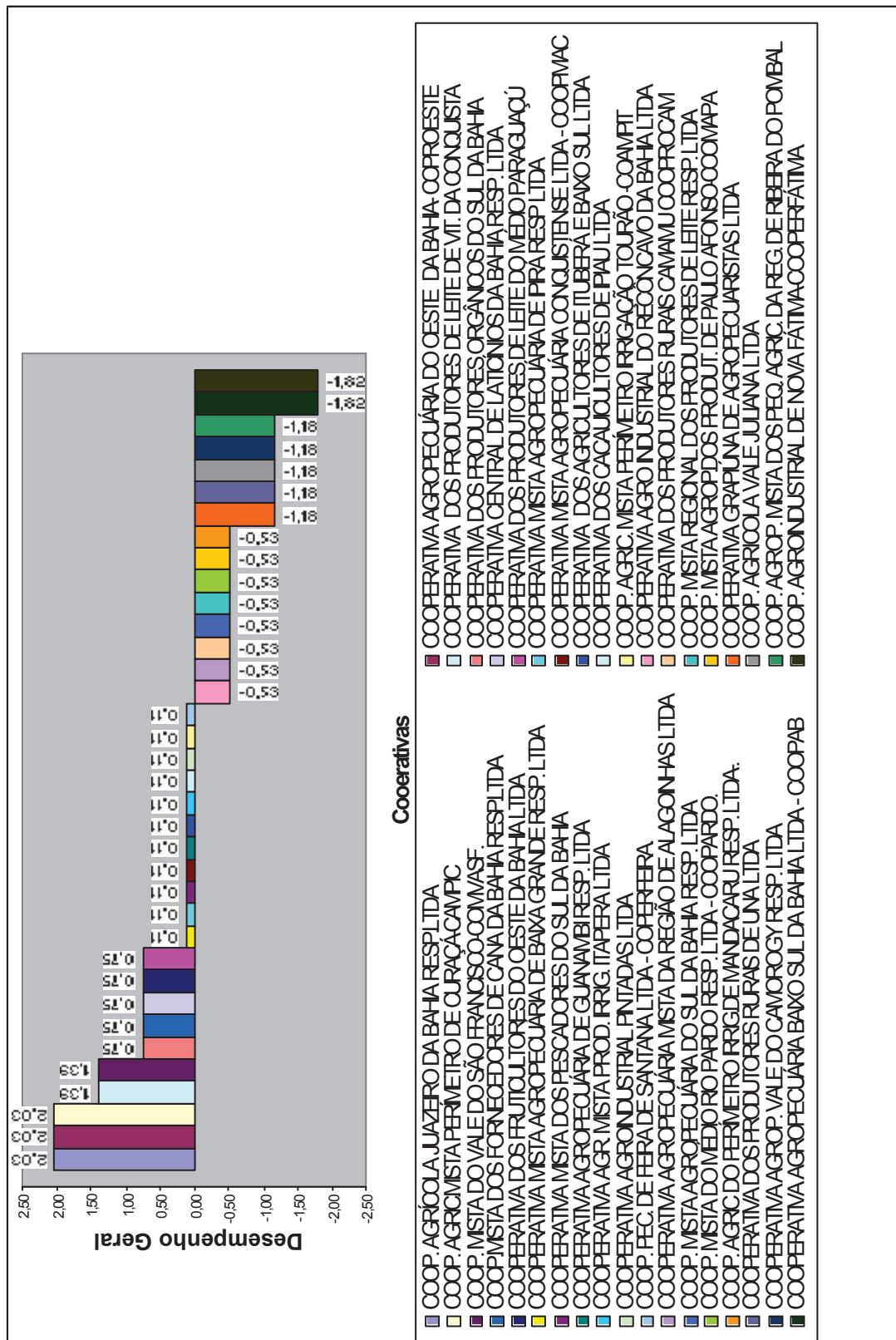


Figura 2 – Desempenho Geral da Cooperativa Agropecuária do Estado da Bahia. Posição 2001.

De uma maneira geral pode-se concluir que as cooperativas agropecuárias do Estado da Bahia, do ponto de vista da análise financeira global, apresentam um desempenho regular, tendo em vista os resultados alcançados neste trabalho, nas variáveis: liquidez, solvência, garantia de capitais de terceiros pelos recursos próprios, grau de endividamento e fator de insolvência, os quais comparados com os padrões de Franco, podem ser interpretados da seguinte forma: liquidez – apertada; solvência - boa; garantia de capitais – razoável; endividamento – satisfatório e fator de insolvência – bom.

Tabela 8. - Escores do Desempenho Geral das Cooperativas Agropecuárias da Bahia - 2001

Escore	Freqüência	%	Freqüência Acumulada
1	5	14,7	-
2	8	23,5	38,2
3	11	32,3	70,5
4	5	14,7	85,2
5	2	5,9	91,1
6	3	8,9	100,0
7	-	-	
8	-	-	
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>100</b>	

Fonte: Dados da pesquisa.

Refletindo, ainda sobre o desempenho geral, contrapondo-se os índices recomendados por Franco, com as médias obtidas para o conjunto das cooperativas examinadas, em termos de Liquidez (geral, corrente, seca e imediata), solvência, garantia de capitais, grau de endividamento e fator de insolvência, constata-se que as diferenças não são significativas, inclusive alguns resultados são semelhantes, conforme Tabela 09. Dessa forma os resultados médios encontrados, no conjunto

das cooperativas investigadas, poderão se constituir em referência para avaliações de unidades, da categoria agropecuária em estudos posteriores.

Tabela 9.- Índices Médios das Cooperativas Agropecuárias do Estado da Bahia.  
Posição 2001

Variáveis	Índices Recomendados	Índices Médios
Liquidez Geral	1,10 a 1,30	0,93
Liquidez Corrente	1,30 a 1,50	1,02
Liquidez Seca	1,00 a 1,40	1,00
Liquidez Imediata	0,05 a 0,25	0,10
Solvência	=/> 1,00	1,50
Garantia de Capitais	=/> 1,00	0,96
Grau de Endividamento	0,40 a 0,60	0,65
Fator de Insolvência	> 0	2,81

Fonte: 1) Franco 1978. 2) Dados da Pesquisa.

Também, foram examinadas as conexões entre as variáveis da pesquisa e observou –se a existência de uma correlação positiva significativa (0,75) entre a liquidez seca e a liquidez corrente. Constata-se que, no conjunto, a variável solvência é que apresenta a mais forte correlação com a garantia de capitais. Isso quer dizer que, à medida que aumenta a garantia de capitais de terceiros pelos recursos próprios, cresce na mesma proporção a capacidade de quitar os compromissos.

Os dados mostram, ainda, a correlação positiva entre a solvência e o grau de endividamento, sinalizando na mesma direção. Verifica-se, por fim, que no contexto geral o nível de correlação entre as variáveis é limitado, sendo que alguns apresentam, até, níveis ainda baixos, porém, negativos como é o caso da liquidez imediata, como se pode ver na Tabela 10.

Tabela 10 – Correlação entre as variáveis pesquisadas

	Liquidez Geral	Liquidez Corrente	Liquidez Seca	Liquidez Imediata	Solvência	Garantia de Capitais	Grau de Endividamento	Fator de Insolvência	Desempenho Geral
Liquidez Geral	1								
Liquidez Corrente	0,62	1							
Liquidez Seca	0,39	0,75	1						
Liquidez Imediata	0,08	0,11	0,23	1					
Solvência	0,05	(0,05)	(0,04)	(0,16)	1				
Garantia de Capitais	(0,08)	(0,07)	(0,02)	(0,23)	0,79	1			
Grau de Endividamento	0,18	0,10	0,10	(0,08)	0,68	0,46	1		
Fator de Insolvência	0,41	0,68	0,60	(0,05)	(0,23)	(0,20)	0,01	1	
Desempenho Geral	0,45	0,56	0,53	0,11	0,63	0,51	0,57	0,34	1

Fonte: Dados da pesquisa

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação focou as cooperativas agropecuárias do Estado da Bahia, no período 2001/2002, com o fim de obter informações capazes de orientar dirigentes, técnicos e associados, na avaliação e acompanhamento da gestão contábil e financeira, bem como examinar o desempenho econômico-financeiro dessas instituições.

A pesquisa instituiu como universo amostral todas as cooperativas agropecuárias existentes no Estado, inscritas na Organização das Cooperativas do Estado da Bahia – OCEB, com funcionamento regular. Do universo foram identificadas 36 entidades, as quais se constituíram na amostra. Elas foram convidadas a apresentarem seus balanços patrimoniais, através dos quais foram extraídas as informações, que permitiram construir tabelas, formar índices, compor indicadores, analisar, comparar e implementar o estudo.

A investigação apoiou-se, teoricamente, em dois campos do conhecimento: o cooperativismo e a contabilidade. No âmbito do cooperativismo foram colocadas em destaque a doutrina, os princípios, a evolução, a legislação, a inserção e prática contábil. No campo da contabilidade, a pesquisa examinou diversos estudos clássicos, verificou a importância da prática contábil no funcionamento das empresas e embasou-se em Franco (1992); bem como em Kanitz (1974); Sá (1981); Ludícibus



(1995); Matarazzo (1998); Assaf Neto (2001); Reis (1993); Florentino (1974); Van Horne (1979); Benato (2000); Tung (1985), para definir os parâmetros técnicos e o escopo teórico do trabalho.

As variáveis utilizadas na investigação foram: a) liquidez (geral, corrente, seca e imediata); b) solvência; c) garantia de capitais de terceiros pelos recursos próprios; d) grau de endividamento; e) fator de insolvência. Com base no quadro teórico, referenciado nos dados empíricos obtidos, realizou-se o estudo, cujos principais resultados estão elencados a seguir.

Analisando o comportamento das cooperativas, frente a cada variável, de forma isolada, observou-se que a liquidez geral apresentou um quociente médio de 0,93, sendo considerada mais relevante a COPROESTE com um índice de 1,68. Enquanto isso, os dados revelaram, também, que a COPERLEITE, foi a que ficou em última colocação, posicionando-se, inclusive, abaixo da média do conjunto. Com relação a liquidez corrente o índice e médio foi de 1,02, sendo a CAMPIC a cooperativa com melhor desempenho (1,70) e a COPERLEITE a mais frágil, posicionando-se com 0,41, revelando o menor desempenho.

No que tange a liquidez seca, o índice médio registrado pelo conjunto foi 1,00, sendo que a COOPARDO posicionou-se como hegemônica, com 1,74. Em contrapartida a COPERLEITE, situou-se na última colocação do ranking, com 0,41. Em termos de liquidez imediata os dados apontam a COOMAB como a mais destacada, liderando o conjunto com um índice de 0,001. Por outro lado a COAMPI, aparece em última colocação, com 0,27, desempenho este, considerado insatisfatório.

Quanto a solvência, os dados empíricos extraídos das cooperativas pesquisadas, externaram uma média de 1,50. As informações revelaram, também,

que a COAMPIT, com 2,61, figurou como a líder do conjunto examinado. Os dados indicam ainda, a posição desconfortável da COFRUTOESTE, localizada na última posição com 1,01, portanto, o mais baixo.

A análise referente ao comportamento da variável garantia de capitais, mostra que o conjunto das cooperativas analisadas, possui um índice médio na ordem de 0,96. Revelou, também, a posição privilegiada da COAMPIT, em face do seu quociente obtido (1,61). Contrapondo-se a esse resultado, verificou-se a posição da CAJ, a qual obteve um resultado igual a 0,45, o que significa menos da metade da média do conjunto.

No que diz respeito ao grau de endividamento, as informações colhidas, deixam claro que a média do conjunto foi 0,65, cabendo a COAMPIT a posição mais relevante com um índice de 0,38, o que significa uma cooperativa com o menor endividamento. Em contraposição, observou-se que a CAMPIC é a que está em pior posição, com 0,89, dado que sugere ser a mais endividada.

Os dados relativos ao fator de insolvência indicam que o quociente médio do conjunto foi 2,81 e a Cooperativa dos Produtores de Leite do Médio Paraguaçu, foi a que teve melhor desempenho, com um índice de 5,89, significando dizer, que ela apresenta a menor possibilidade de tornar-se insolvente no futuro. Por outro lado a análise revelou que a COOAP, com um resultado de 0,41, acena com maior probabilidade de insolvência, do que as demais cooperativas examinadas.

Concluída a análise do comportamento das cooperativas agropecuárias do Estado da Bahia, em relação a cada variável, o estudo se voltou para o exame do desempenho geral. Nesse estágio, buscou-se verificar o comportamento de cada instituição em relação com conjunto das variáveis, procedimento aqui intitulado de

análise de desempenho geral. Nessa linha de raciocínio foram estudados e observados os dados, cujos resultados são apresentados a seguir.

A COPROESTE, localizada em Barreiras, operando na cadeia produtiva de soja, destacou-se como a melhor cooperativa agropecuária, em termos de desempenho econômico-financeiro, no Estado da Bahia, registrando um escore 6,0 e nível de desempenho de 75%. A pesquisa mostrou, também, a existência de mais duas unidades, com posição destacada e escore 6,0. Ambas, localizadas no Vale do São Francisco, operando com frutas, produtos irrigados e pecuária. São elas: a CAJ e a CAMPIC. Entretanto, vale ressaltar que essas duas organizações, embora com escore 6,0 têm uma performance econômica e contábil inferior a COPROESTE.

Ainda em relação ao desempenho geral, as informações mostraram, que existem cinco cooperativas que estão agonizando econômica e financeiramente, todas com escore 1,0 cuja sobrevivência está seriamente ameaçada, devido a sua situação. São elas: COOGRAP; COOPERUNA; AGRÍCOLA VALE DA JULIANA; AGROPECUÁRIA VALE DO CAMOROGY e AGRÍCOLA DA REGIÃO DE RIBEIRA DO POMBAL.

Os dados indicaram, também, que aproximadamente, 70,5%, dos empreendimentos analisados situam-se com escore entre 1,0 e 3,0 portanto, na zona de risco, acenando com um futuro de incertezas. As observações feitas, evidenciam, ainda, que 30% das organizações examinadas, gozam de boa performance financeira, sinalizando com a possibilidade de expansão e solidez.

Tomando-se como referência os indicadores de Franco e confrontando-se com as médias obtidas do conjunto, conclui-se que os quocientes das cooperativas pesquisadas são semelhantes aos padrões encontrados para as empresas mercantis, com variações em torno de 10%. Assim, pode-se dizer que os quocientes

médios do conjunto estudado, constitui-se em indicadores válidos para análise e referência, em pesquisas de cooperativas. Isso porque os padrões de Franco, são obtidos de empresas mercantis, as quais tem uma lógica de operacionalidade diferente dos empreendimentos cooperativistas. A validade da informação se complementa ao considerar-se que as cooperativas são unidades que não visam lucro e tem objetivo social.

A pesquisa constatou, também, o nível de conexão entre as variáveis, e observou que entre elas, as correlações, na maioria, são fracas, destacando-se como as mais relevantes a solvência com a garantia de capitais, bem como a liquidez seca com a liquidez corrente.

O estudo do sistema das cooperativas agropecuárias do Estado da Bahia, revelou, ainda, que 70,5% das cooperativas analisadas situam-se em zona considerada de risco. Esta situação, decorre das inúmeras dificuldades econômicas e financeiras, que elas vem atravessando ao longo dos anos de sua existência, principalmente, por se tratar de organizações com baixo poder econômico.

Outro fator que tem contribuído para essa situação, é a falta de apoio governamental, tanto do ponto vista operacional, quanto da assistência técnica, visando incrementar esse setor econômico, tão importante na economia baiana e, até mesmo, nacional, uma vez que o reflexo de suas atividades abrange a todo o país.

Sabe-se que a partir do advento da Constituição Brasileira de 1988, o poder estatal, deixou de interferir no desenvolvimento das atividades cooperativas, retirando, conseqüentemente, todo o trabalho de apoio que era dispensado a esses organismos, deixando ao desamparo, especialmente, aqueles de baixo poder econômico, ou seja, as pequenas cooperativas, as quais não dispõem de recursos

suficientes para investirem em tecnologia, nem em programas de treinamentos voltados para o seu corpo associativo, bem como para os seus empregados.

Dessa forma elas vão vivendo empiricamente, mantendo-se em desigualdades, em relação àquelas entidades de maior porte, cujo poderio econômico-financeiro e social, inclusive, permite que elas possam acompanhar o progresso tecnológico nesse setor, trazendo para o seu meio, o que há de melhor no mercado.

Outro ponto que deve ser abordado nesse estudo é a desorganização e falta de controle por parte dos organismos ligados ao cooperativismo no Estado da Bahia. Como já foi abordado, anteriormente, no item limitações e dificuldades, durante a realização dessa investigação, buscou-se informações junto à Organização das Cooperativas do Estado da Bahia – OCEB, bem como o levantamento das demonstrações contábeis das 110 cooperativas cadastradas no órgão, conforme relação fornecida.

Após inúmeras tentativas, chegou-se a conclusão, de que a OCEB não detinha as informações necessárias ao desenvolvimento do trabalho. Aliás, até mesmo as informações cadastrais de suas associadas estavam desatualizadas há alguns anos. Não se tinha idéia precisa do número exato de cooperativas agropecuárias existente do Estado da Bahia.

Essas observações foram constatadas após vários telefonemas para as organizações cadastradas, sendo que muitas delas, já não existiam há algum tempo. Em outras, a diretoria informada, já não existia há muitos anos, sendo que alguns diretores já haviam falecido. Esses foram alguns dos pontos observados, demonstrando, de forma clara a falta de acompanhamento do trabalho cooperativista na Bahia, por parte da OCEB.

É necessário, portanto, que sejam envidados esforços por parte do governo da Bahia, no sentido de reestruturar a OCEB, único organismo oficial criado como sustentáculo do sistema cooperativo baiano, encarregado de viabilizar a Autogestão nas cooperativas, envolvendo entre outros fatores: educação, capacitação, reciclagem e comunicação; autonomia financeira; assessoria no autocontrole e organização do quadro social.

Saliente-se que as cooperativas contribuem, anualmente, com 02% de seu capital social integralizado, acrescido dos fundos, existentes nas demonstrações contábeis, para a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, sendo a metade do valor arrecadado distribuído entre as suas afiliadas, nos termos do art. 108 da lei cooperativista do Brasil.

Dessa forma, o trabalho a ser desenvolvido pela OCEB junto às cooperativas baianas, além de ser importante para elas, é uma contrapartida pela contribuição paga anualmente e vai permitir que essas organizações formem, efetivamente, um sistema forte, tanto do ponto de vista econômico, quanto social e político, perante a sociedade. Para isso, elas terão que estruturar-se social, técnica e financeira, fortalecendo, ainda mais, suas entidades de representação.

Trabalhos de educação cooperativista devem ser desenvolvidos junto ao quadro de associados das cooperativas, para que se possa preparar melhor aqueles que serão seus futuros dirigentes, dentro das técnicas da administração moderna, voltada para a autogestão, fazendo com que cada cooperado tenha noção exata do seu papel na sociedade, bem como perfeito conhecimento da entidade da qual faz parte e da qual é um dos proprietários.

Com a adoção dessas providências, além de outras que poderão ser adotadas nos próximos anos, é possível vislumbra-se um futuro mais promissor para

as cooperativas que compõem o sistema agropecuário da Bahia. Do contrário, a tendência é o conjunto ir cada vez mais afundando em um mar de incertezas atravessando situações ainda mais difíceis, do que aquelas que agora atravessam.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001
- BENATO, João Vitorino Azolin. Atos e Fatos Contábeis nas Sociedades Cooperativas. **Coleção Administrativo Contábil**. São Paulo: OCESP/SESCOOP-SP, nº 1/2000.
- BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo – Coord Editor. **Política Institucional de Monitoramento da Autogestão das Cooperativas do Estado de São Paulo – Estudo Preliminar**. 2 ed. São Paulo: OCESP/SESCOOP-SP, 2000.
- BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Governança e Perspectivas do Cooperativismo, In:EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA (Organizador Ralph Panzutti). **Coleção Estudo e Pesquisa**. São Paulo: OCESP/SESCOOP-SP, nº 3/2001.
- BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis - Estrutura, Análise e Interpretação**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- BULGARELLI, Waldirio. **As Sociedades Cooperativas e a Sua Disciplina Jurídica**. 2 ed. São Paulo: Renovar, 2000.
- COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. **Lei 5.764 de 16.12.71, que define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências**. CEPLAC, 1.971.
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO, JÚNIOR, José Barbosa da Silva. Coordenador. **Demonstrações Financeiras: Elaboração e Temas Diversos**. São Paulo: Atlas, 2000.
- ESTRUTURA DO COOPERATIVISMO. **Cooperativismo No Brasil**. Disponível em <<http://www.cooperativasassociadas.com.br>>. Acesso em: 10 out.2003.
- FLORENTINO, Américo Matheus. **Análise Contábil – Análise de Balanço**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.
- FRANCO, Hilário. **Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- IRION, João Eduardo. **Cooperativismo e Economia Social**. São Paulo: STS, 1997.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Manual Para Cooperativa de Consumo - PLANCOOP**. Brasília: Gráfica Alvorada,1.973.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1995.



LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1989.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**: contabilidade Empresarial. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual Para Elaboração de Monografias e Dissertações**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MOURA COSTA, Davi Rogério de. Programa de Autogestão, In: EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA (Organizador Ralph Panzutti). **Coleção Estudo e Pesquisa**. São Paulo: OCESP/SESCOOP-SP, nº 3/2001.

OLIVEIRA, Juarez de & ACQUAVIVA, Marcus Cláudio (Org.). **Lei de Sociedades Anônimas**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: Pioneira, 1997.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Autogestão ao Alcance das Cooperativas**. Brasília: OCB, 1990.

PANZUTTI, Ralph. **Estratégias de Financiamento das Cooperativas Agrícolas do Estado de São Paulo**. São Paulo: 1997 (Tese de Doutorado – Unicamp).

PINHO, Diva Benevides. Cooperativismo: Fundamentos Doutrinários e Teóricos, In: EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA (Organizador Ralph Panzutti). **Coleção Estudo e Pesquisa**. São Paulo: OCESP/SESCOOP-SP, nº 3/2001

POLÔNIO, Wilson Alves. **Manual das Sociedades Cooperativas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Análise de Balanços**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 1993

SÁ, Antonio Lopes de, SÁ, Ana Maria Lopes de. **Análise de Balanços e Demonstrações Contábeis**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1981.

\_\_\_\_\_. **Curso Superior de Análise de Balanços**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1973.

SÁ, Elisabeth Schneider de (Coord.) et. all. **Manual de Normalização de Trabalhos Técnicos, Científicos e Culturais**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

SCHNEIDER, José Odelson. As Origens do Cooperativismo Moderno. A Cooperação e o Cooperativismo, In: EDUCAÇÃO COOPERATIVISTA (Organizador Ralph Panzutti). **Coleção Estudo e Pesquisa**. São Paulo: OCESP/SESCOOP-SP, nº 3/2001.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 20 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

TEIXEIRA, José Adilson Prisco. A Empresa Cooperativa. **Coleção Cooperacau - Cadernos de Cooperativismo** nº 3. Ilhéus/BA: SECOOP/COOPERCACAU, 1980

TREUHERZ, Rolf Mário. **Análise Financeira Por Objetivos**. 5 ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

TUNG, Nguyen H. **Controladoria Financeira das Empresas: uma Abordagem Prática**. 7 ed. São Paulo: Edições Universidade-Empresa, 1985.

UMBELINO, Valmor João. Cooperativa, Associação ou Empresa Mercantil? **Revista Mundo Jovem**, nº 338. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

VAN HORN, James C. **Política e Administração Financeira**. 1 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979.